

Junho de 2013: a ambiência internacional

Fábio Palácio

Professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão.

Contato: fabiopalacio@uol.com.br

Autor convidado



Creative Commons



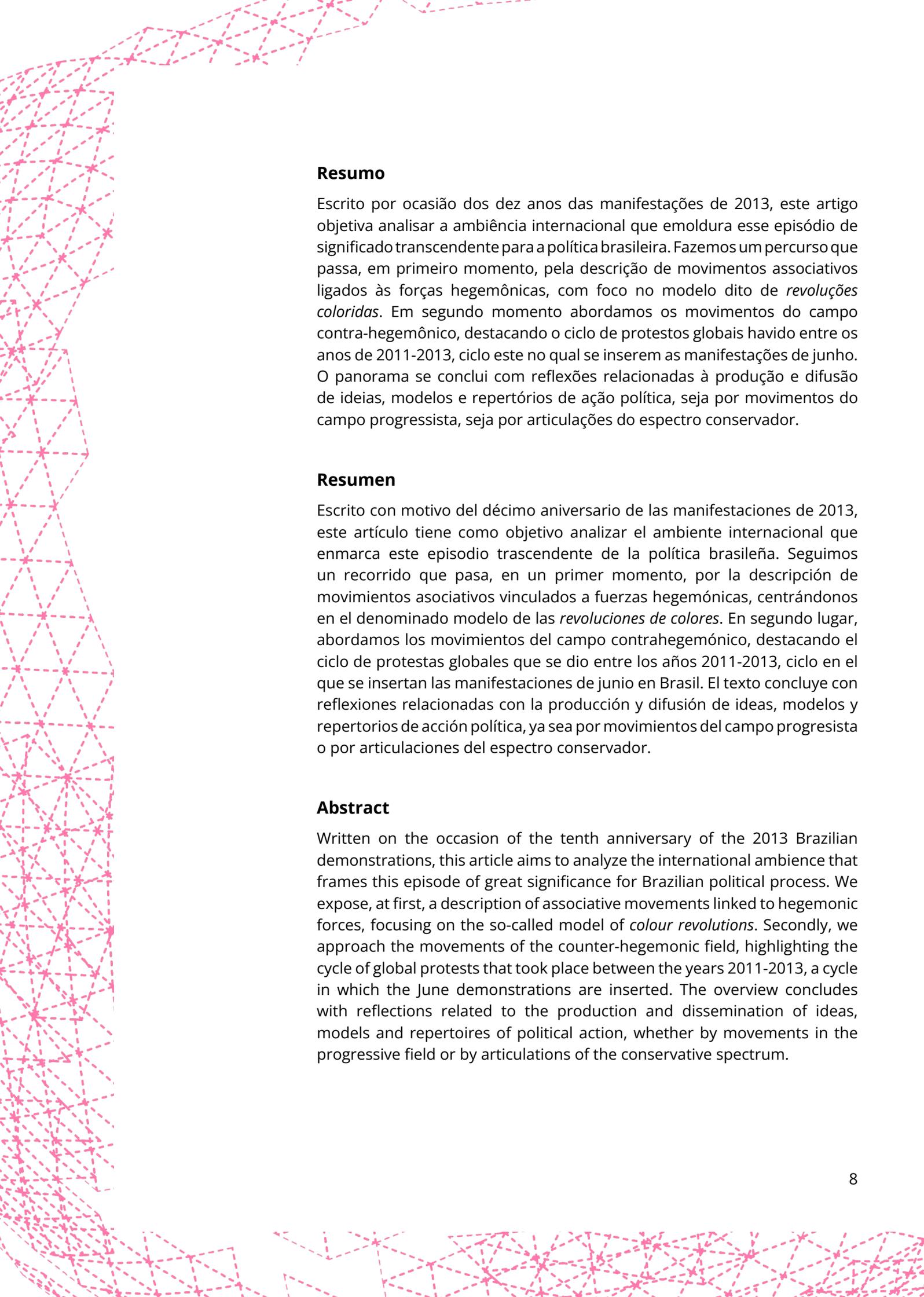
Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal



Resumo

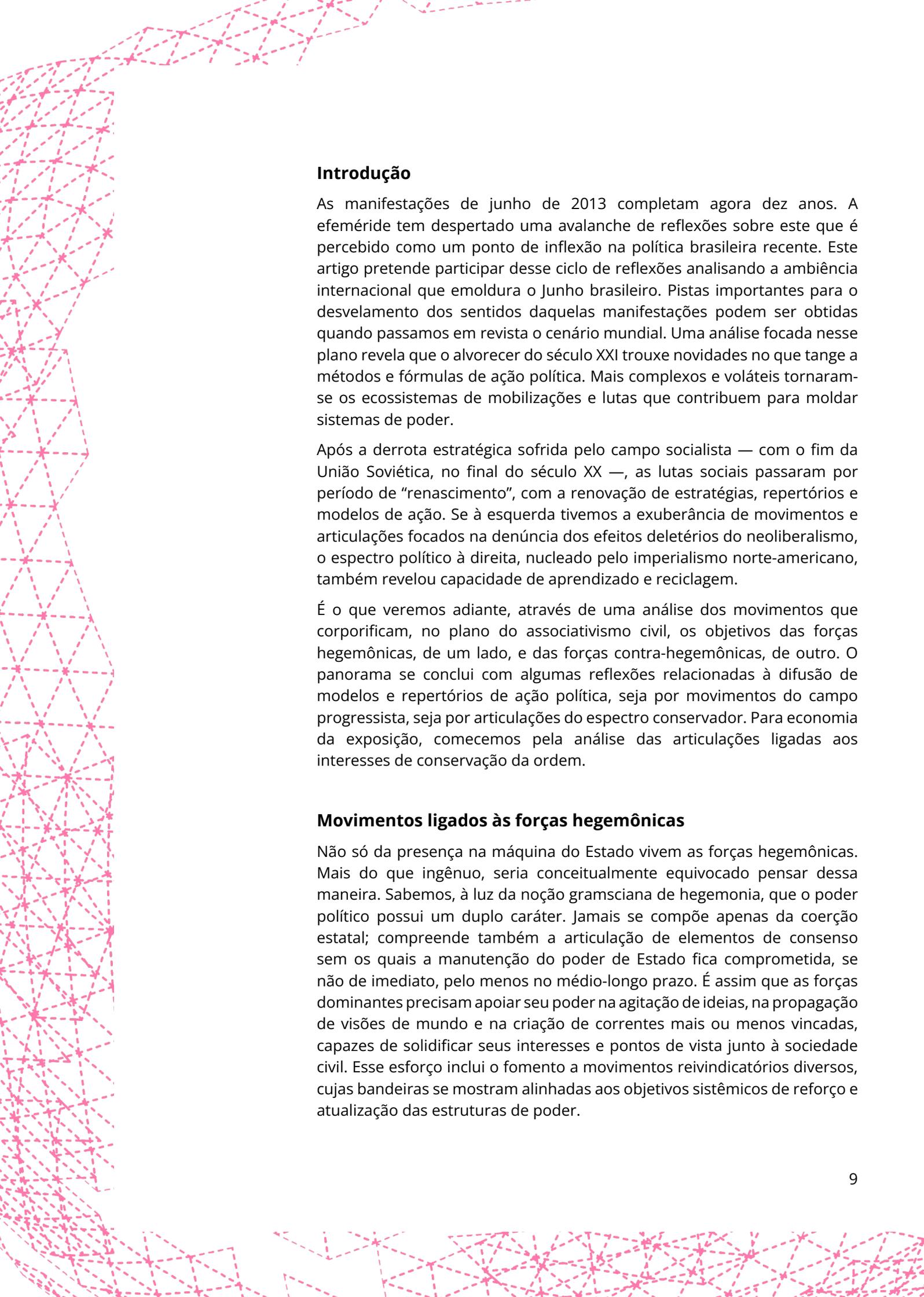
Escrito por ocasião dos dez anos das manifestações de 2013, este artigo objetiva analisar a ambiência internacional que emoldura esse episódio de significado transcendente para a política brasileira. Fazemos um percurso que passa, em primeiro momento, pela descrição de movimentos associativos ligados às forças hegemônicas, com foco no modelo dito de *revoluções coloridas*. Em segundo momento abordamos os movimentos do campo contra-hegemônico, destacando o ciclo de protestos globais havido entre os anos de 2011-2013, ciclo este no qual se inserem as manifestações de junho. O panorama se conclui com reflexões relacionadas à produção e difusão de ideias, modelos e repertórios de ação política, seja por movimentos do campo progressista, seja por articulações do espectro conservador.

Resumen

Escrito con motivo del décimo aniversario de las manifestaciones de 2013, este artículo tiene como objetivo analizar el ambiente internacional que enmarca este episodio trascendente de la política brasileña. Seguimos un recorrido que pasa, en un primer momento, por la descripción de movimientos asociativos vinculados a fuerzas hegemónicas, centrándonos en el denominado modelo de las *revoluciones de colores*. En segundo lugar, abordamos los movimientos del campo contrahegemónico, destacando el ciclo de protestas globales que se dio entre los años 2011-2013, ciclo en el que se insertan las manifestaciones de junio en Brasil. El texto concluye con reflexiones relacionadas con la producción y difusión de ideas, modelos y repertorios de acción política, ya sea por movimientos del campo progresista o por articulaciones del espectro conservador.

Abstract

Written on the occasion of the tenth anniversary of the 2013 Brazilian demonstrations, this article aims to analyze the international ambience that frames this episode of great significance for Brazilian political process. We expose, at first, a description of associative movements linked to hegemonic forces, focusing on the so-called model of *colour revolutions*. Secondly, we approach the movements of the counter-hegemonic field, highlighting the cycle of global protests that took place between the years 2011-2013, a cycle in which the June demonstrations are inserted. The overview concludes with reflections related to the production and dissemination of ideas, models and repertoires of political action, whether by movements in the progressive field or by articulations of the conservative spectrum.



Introdução

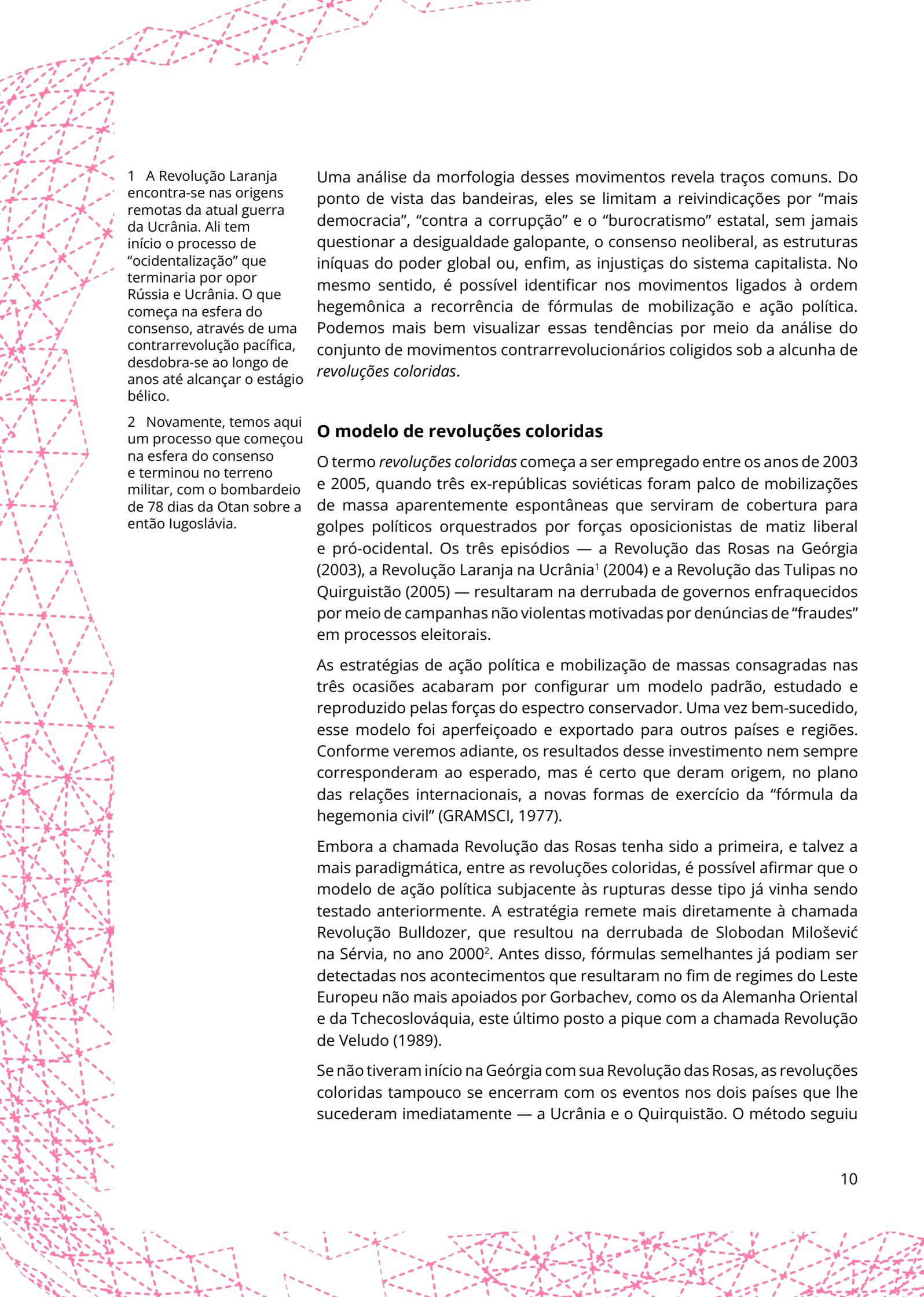
As manifestações de junho de 2013 completam agora dez anos. A efeméride tem despertado uma avalanche de reflexões sobre este que é percebido como um ponto de inflexão na política brasileira recente. Este artigo pretende participar desse ciclo de reflexões analisando a ambiência internacional que emoldura o Junho brasileiro. Pistas importantes para o desvelamento dos sentidos daquelas manifestações podem ser obtidas quando passamos em revista o cenário mundial. Uma análise focada nesse plano revela que o alvorecer do século XXI trouxe novidades no que tange a métodos e fórmulas de ação política. Mais complexos e voláteis tornaram-se os ecossistemas de mobilizações e lutas que contribuem para moldar sistemas de poder.

Após a derrota estratégica sofrida pelo campo socialista — com o fim da União Soviética, no final do século XX —, as lutas sociais passaram por período de “renascimento”, com a renovação de estratégias, repertórios e modelos de ação. Se à esquerda tivemos a exuberância de movimentos e articulações focados na denúncia dos efeitos deletérios do neoliberalismo, o espectro político à direita, nucleado pelo imperialismo norte-americano, também revelou capacidade de aprendizado e reciclagem.

É o que veremos adiante, através de uma análise dos movimentos que corporificam, no plano do associativismo civil, os objetivos das forças hegemônicas, de um lado, e das forças contra-hegemônicas, de outro. O panorama se conclui com algumas reflexões relacionadas à difusão de modelos e repertórios de ação política, seja por movimentos do campo progressista, seja por articulações do espectro conservador. Para economia da exposição, começemos pela análise das articulações ligadas aos interesses de conservação da ordem.

Movimentos ligados às forças hegemônicas

Não só da presença na máquina do Estado vivem as forças hegemônicas. Mais do que ingênuo, seria conceitualmente equivocado pensar dessa maneira. Sabemos, à luz da noção gramsciana de hegemonia, que o poder político possui um duplo caráter. Jamais se compõe apenas da coerção estatal; compreende também a articulação de elementos de consenso sem os quais a manutenção do poder de Estado fica comprometida, se não de imediato, pelo menos no médio-longo prazo. É assim que as forças dominantes precisam apoiar seu poder na agitação de ideias, na propagação de visões de mundo e na criação de correntes mais ou menos vincadas, capazes de solidificar seus interesses e pontos de vista junto à sociedade civil. Esse esforço inclui o fomento a movimentos reivindicatórios diversos, cujas bandeiras se mostram alinhadas aos objetivos sistêmicos de reforço e atualização das estruturas de poder.



1 A Revolução Laranja encontra-se nas origens remotas da atual guerra da Ucrânia. Ali tem início o processo de “ocidentalização” que terminaria por opor Rússia e Ucrânia. O que começa na esfera do consenso, através de uma contrarrevolução pacífica, desdobra-se ao longo de anos até alcançar o estágio bélico.

2 Novamente, temos aqui um processo que começou na esfera do consenso e terminou no terreno militar, com o bombardeio de 78 dias da Otan sobre a então Iugoslávia.

Uma análise da morfologia desses movimentos revela traços comuns. Do ponto de vista das bandeiras, eles se limitam a reivindicações por “mais democracia”, “contra a corrupção” e o “burocratismo” estatal, sem jamais questionar a desigualdade galopante, o consenso neoliberal, as estruturas iníquas do poder global ou, enfim, as injustiças do sistema capitalista. No mesmo sentido, é possível identificar nos movimentos ligados à ordem hegemônica a recorrência de fórmulas de mobilização e ação política. Podemos mais bem visualizar essas tendências por meio da análise do conjunto de movimentos contrarrevolucionários coligidos sob a alcunha de *revoluções coloridas*.

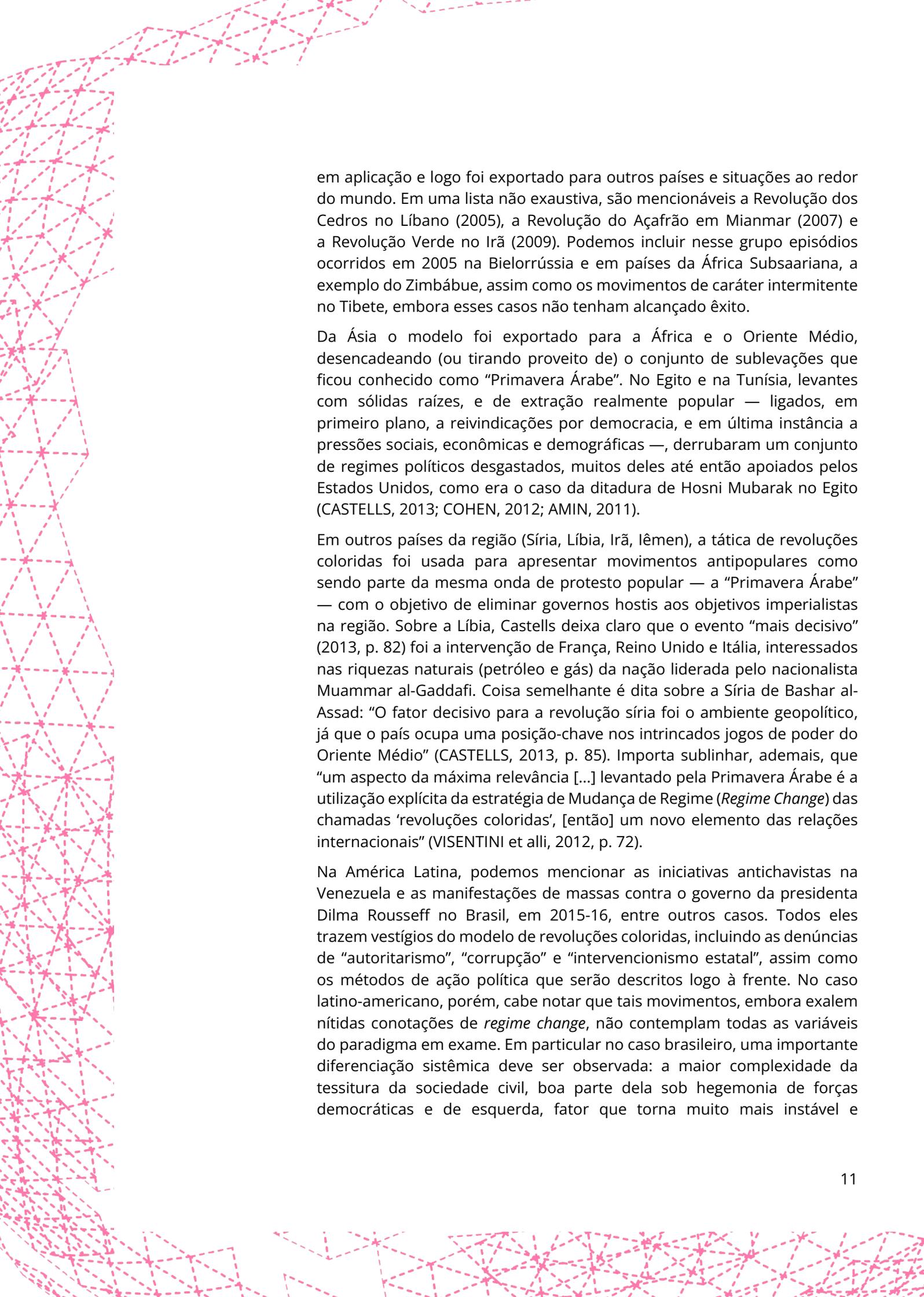
O modelo de revoluções coloridas

O termo *revoluções coloridas* começa a ser empregado entre os anos de 2003 e 2005, quando três ex-repúblicas soviéticas foram palco de mobilizações de massa aparentemente espontâneas que serviram de cobertura para golpes políticos orquestrados por forças oposicionistas de matiz liberal e pró-ocidental. Os três episódios — a Revolução das Rosas na Geórgia (2003), a Revolução Laranja na Ucrânia¹ (2004) e a Revolução das Tulipas no Quirguistão (2005) — resultaram na derrubada de governos enfraquecidos por meio de campanhas não violentas motivadas por denúncias de “fraudes” em processos eleitorais.

As estratégias de ação política e mobilização de massas consagradas nas três ocasiões acabaram por configurar um modelo padrão, estudado e reproduzido pelas forças do espectro conservador. Uma vez bem-sucedido, esse modelo foi aperfeiçoado e exportado para outros países e regiões. Conforme veremos adiante, os resultados desse investimento nem sempre corresponderam ao esperado, mas é certo que deram origem, no plano das relações internacionais, a novas formas de exercício da “fórmula da hegemonia civil” (GRAMSCI, 1977).

Embora a chamada Revolução das Rosas tenha sido a primeira, e talvez a mais paradigmática, entre as revoluções coloridas, é possível afirmar que o modelo de ação política subjacente às rupturas desse tipo já vinha sendo testado anteriormente. A estratégia remete mais diretamente à chamada Revolução Bulldozer, que resultou na derrubada de Slobodan Milošević na Sérvia, no ano 2000². Antes disso, fórmulas semelhantes já podiam ser detectadas nos acontecimentos que resultaram no fim de regimes do Leste Europeu não mais apoiados por Gorbachev, como os da Alemanha Oriental e da Tchecoslováquia, este último posto a pique com a chamada Revolução de Veludo (1989).

Se não tiveram início na Geórgia com sua Revolução das Rosas, as revoluções coloridas tampouco se encerram com os eventos nos dois países que lhe sucederam imediatamente — a Ucrânia e o Quirguistão. O método seguiu

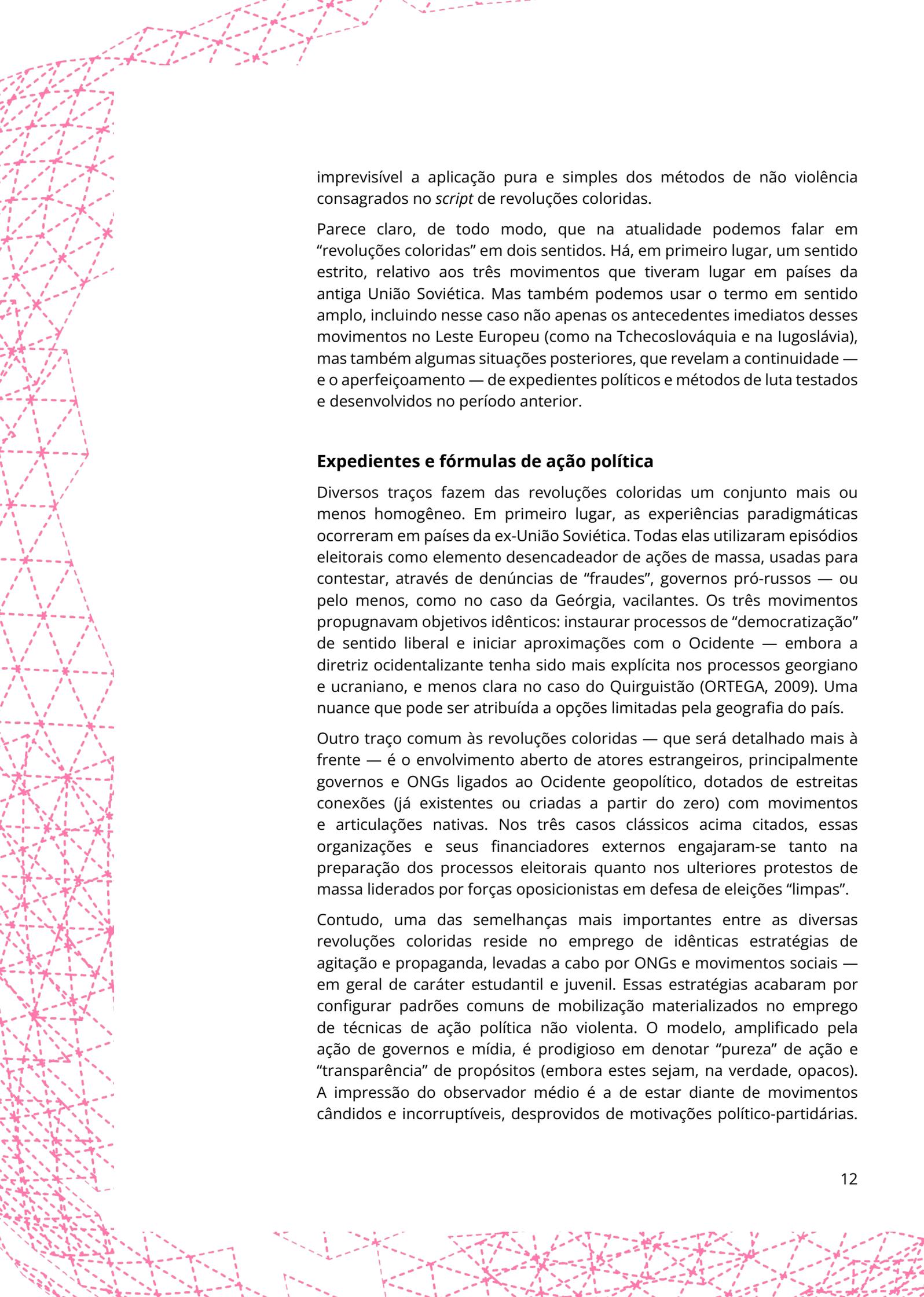


em aplicação e logo foi exportado para outros países e situações ao redor do mundo. Em uma lista não exaustiva, são mencionáveis a Revolução dos Cedros no Líbano (2005), a Revolução do Açafrão em Mianmar (2007) e a Revolução Verde no Irã (2009). Podemos incluir nesse grupo episódios ocorridos em 2005 na Bielorrússia e em países da África Subsaariana, a exemplo do Zimbábue, assim como os movimentos de caráter intermitente no Tibete, embora esses casos não tenham alcançado êxito.

Da Ásia o modelo foi exportado para a África e o Oriente Médio, desencadeando (ou tirando proveito de) o conjunto de sublevações que ficou conhecido como “Primavera Árabe”. No Egito e na Tunísia, levantes com sólidas raízes, e de extração realmente popular — ligados, em primeiro plano, a reivindicações por democracia, e em última instância a pressões sociais, econômicas e demográficas —, derrubaram um conjunto de regimes políticos desgastados, muitos deles até então apoiados pelos Estados Unidos, como era o caso da ditadura de Hosni Mubarak no Egito (CASTELLS, 2013; COHEN, 2012; AMIN, 2011).

Em outros países da região (Síria, Líbia, Irã, Iêmen), a tática de revoluções coloridas foi usada para apresentar movimentos antipopulares como sendo parte da mesma onda de protesto popular — a “Primavera Árabe” — com o objetivo de eliminar governos hostis aos objetivos imperialistas na região. Sobre a Líbia, Castells deixa claro que o evento “mais decisivo” (2013, p. 82) foi a intervenção de França, Reino Unido e Itália, interessados nas riquezas naturais (petróleo e gás) da nação liderada pelo nacionalista Muammar al-Gaddafi. Coisa semelhante é dita sobre a Síria de Bashar al-Assad: “O fator decisivo para a revolução síria foi o ambiente geopolítico, já que o país ocupa uma posição-chave nos intrincados jogos de poder do Oriente Médio” (CASTELLS, 2013, p. 85). Importa sublinhar, ademais, que “um aspecto da máxima relevância [...] levantado pela Primavera Árabe é a utilização explícita da estratégia de Mudança de Regime (*Regime Change*) das chamadas ‘revoluções coloridas’, [então] um novo elemento das relações internacionais” (VISENTINI et alli, 2012, p. 72).

Na América Latina, podemos mencionar as iniciativas antichavistas na Venezuela e as manifestações de massas contra o governo da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, em 2015-16, entre outros casos. Todos eles trazem vestígios do modelo de revoluções coloridas, incluindo as denúncias de “autoritarismo”, “corrupção” e “intervencionismo estatal”, assim como os métodos de ação política que serão descritos logo à frente. No caso latino-americano, porém, cabe notar que tais movimentos, embora exalem nítidas conotações de *regime change*, não contemplam todas as variáveis do paradigma em exame. Em particular no caso brasileiro, uma importante diferenciação sistêmica deve ser observada: a maior complexidade da tessitura da sociedade civil, boa parte dela sob hegemonia de forças democráticas e de esquerda, fator que torna muito mais instável e



imprevisível a aplicação pura e simples dos métodos de não violência consagrados no *script* de revoluções coloridas.

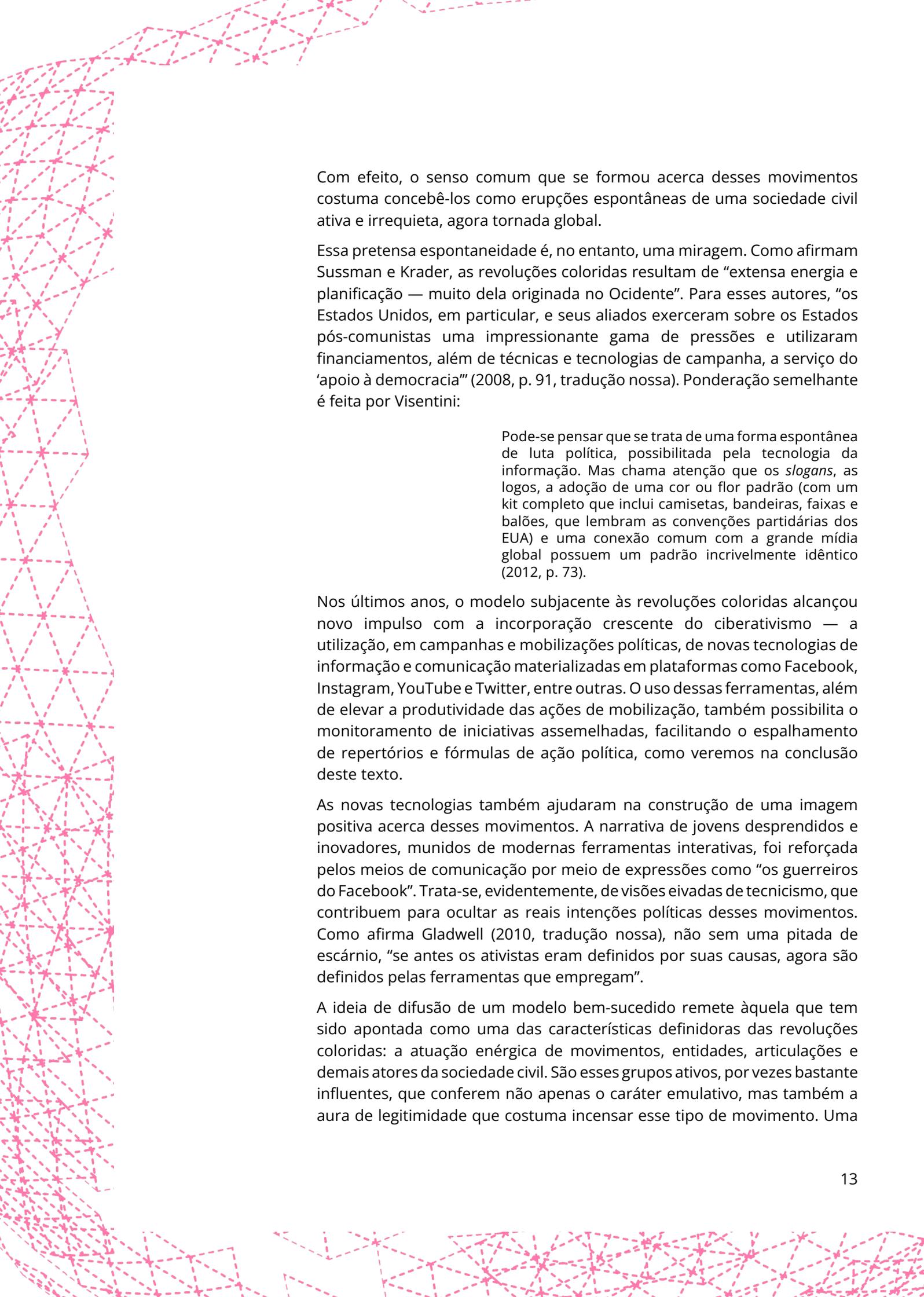
Parece claro, de todo modo, que na atualidade podemos falar em “revoluções coloridas” em dois sentidos. Há, em primeiro lugar, um sentido estrito, relativo aos três movimentos que tiveram lugar em países da antiga União Soviética. Mas também podemos usar o termo em sentido amplo, incluindo nesse caso não apenas os antecedentes imediatos desses movimentos no Leste Europeu (como na Tchecoslováquia e na Iugoslávia), mas também algumas situações posteriores, que revelam a continuidade — e o aperfeiçoamento — de expedientes políticos e métodos de luta testados e desenvolvidos no período anterior.

Expedientes e fórmulas de ação política

Diversos traços fazem das revoluções coloridas um conjunto mais ou menos homogêneo. Em primeiro lugar, as experiências paradigmáticas ocorreram em países da ex-União Soviética. Todas elas utilizaram episódios eleitorais como elemento desencadeador de ações de massa, usadas para contestar, através de denúncias de “fraudes”, governos pró-russos — ou pelo menos, como no caso da Geórgia, vacilantes. Os três movimentos propugnavam objetivos idênticos: instaurar processos de “democratização” de sentido liberal e iniciar aproximações com o Ocidente — embora a diretriz ocidentalizante tenha sido mais explícita nos processos georgiano e ucraniano, e menos clara no caso do Quirguistão (ORTEGA, 2009). Uma nuance que pode ser atribuída a opções limitadas pela geografia do país.

Outro traço comum às revoluções coloridas — que será detalhado mais à frente — é o envolvimento aberto de atores estrangeiros, principalmente governos e ONGs ligados ao Ocidente geopolítico, dotados de estreitas conexões (já existentes ou criadas a partir do zero) com movimentos e articulações nativas. Nos três casos clássicos acima citados, essas organizações e seus financiadores externos engajaram-se tanto na preparação dos processos eleitorais quanto nos posteriores protestos de massa liderados por forças opositoras em defesa de eleições “limpas”.

Contudo, uma das semelhanças mais importantes entre as diversas revoluções coloridas reside no emprego de idênticas estratégias de agitação e propaganda, levadas a cabo por ONGs e movimentos sociais — em geral de caráter estudantil e juvenil. Essas estratégias acabaram por configurar padrões comuns de mobilização materializados no emprego de técnicas de ação política não violenta. O modelo, amplificado pela ação de governos e mídia, é prodigioso em denotar “pureza” de ação e “transparência” de propósitos (embora estes sejam, na verdade, opacos). A impressão do observador médio é a de estar diante de movimentos cândidos e incorruptíveis, desprovidos de motivações político-partidárias.



Com efeito, o senso comum que se formou acerca desses movimentos costuma concebê-los como erupções espontâneas de uma sociedade civil ativa e irrequieta, agora tornada global.

Essa pretensa espontaneidade é, no entanto, uma miragem. Como afirmam Sussman e Krader, as revoluções coloridas resultam de “extensa energia e planificação — muito dela originada no Ocidente”. Para esses autores, “os Estados Unidos, em particular, e seus aliados exerceram sobre os Estados pós-comunistas uma impressionante gama de pressões e utilizaram financiamentos, além de técnicas e tecnologias de campanha, a serviço do ‘apoio à democracia’” (2008, p. 91, tradução nossa). Ponderação semelhante é feita por Visentini:

Pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação. Mas chama atenção que os *slogans*, as logos, a adoção de uma cor ou flor padrão (com um kit completo que inclui camisetas, bandeiras, faixas e balões, que lembram as convenções partidárias dos EUA) e uma conexão comum com a grande mídia global possuem um padrão incrivelmente idêntico (2012, p. 73).

Nos últimos anos, o modelo subjacente às revoluções coloridas alcançou novo impulso com a incorporação crescente do ciberativismo — a utilização, em campanhas e mobilizações políticas, de novas tecnologias de informação e comunicação materializadas em plataformas como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter, entre outras. O uso dessas ferramentas, além de elevar a produtividade das ações de mobilização, também possibilita o monitoramento de iniciativas assemelhadas, facilitando o espalhamento de repertórios e fórmulas de ação política, como veremos na conclusão deste texto.

As novas tecnologias também ajudaram na construção de uma imagem positiva acerca desses movimentos. A narrativa de jovens desprendidos e inovadores, munidos de modernas ferramentas interativas, foi reforçada pelos meios de comunicação por meio de expressões como “os guerreiros do Facebook”. Trata-se, evidentemente, de visões eivadas de tecnicismo, que contribuem para ocultar as reais intenções políticas desses movimentos. Como afirma Gladwell (2010, tradução nossa), não sem uma pitada de escárnio, “se antes os ativistas eram definidos por suas causas, agora são definidos pelas ferramentas que empregam”.

A ideia de difusão de um modelo bem-sucedido remete àquela que tem sido apontada como uma das características definidoras das revoluções coloridas: a atuação enérgica de movimentos, entidades, articulações e demais atores da sociedade civil. São esses grupos ativos, por vezes bastante influentes, que conferem não apenas o caráter emulativo, mas também a aura de legitimidade que costuma incensar esse tipo de movimento. Uma



3 Note-se que esse padrão de equacionamento entre questões gerais e específicas é o mesmo que verificaremos mais tarde em organizações juvenis que lutaram pelo impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, como Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua.

análise atenta das experiências modelares revela como, a partir de ligações transnacionais, movimentos juvenis com propósitos de “transparência eleitoral” retroalimentaram-se uns aos outros. Nas palavras de Beissinger,

Ativistas da sociedade civil na Geórgia estabeleceram ligações com a Otpor [organização sérvia atuante na Revolução Bulldozer] na primavera de 2003. [...] Dias após retornarem, haviam criado a Kmara [movimento juvenil protagonista da Revolução das Rosas]. [...] Ativistas da Otpor na Sérvia continuaram a interagir com a Kmara nos meses que precederam a Revolução das Rosas, treinando-os em técnicas de resistência não violenta, e foram, como nota um dos fundadores da Kmara, uma “enorme fonte de inspiração” para o grupo. [...] O braço local da Fundação Soros na Geórgia ajudou a apoiar a Kmara a partir de seu programa de apoio eleitoral orçado em 350 mil dólares, e a Kmara e outros grupos opositores receberam significativo apoio organizacional e financeiro do National Democratic Institute. [...] Na Ucrânia, o movimento jovem Pora, que teve papel central na Revolução Laranja, teve como modelos as organizações da Sérvia e da Geórgia. [...] Um grande número de jovens quirguizes foram à Ucrânia durante a Revolução Laranja como observadores eleitorais; eles voltaram para casa para criar um novo movimento, Kelkel, baseado na Otpor e na Pora (2007, p. 262, tradução nossa).

Uma característica saliente desses movimentos juvenis é sua curiosa relação com causas específicas, principalmente aquelas ligadas ao cotidiano das escolas e universidades. Como fazem notar Bunce e Wolchik (2006c), nos movimentos estudantis dos anos 1960, como se pode observar em países como França, EUA e Brasil, a ação militante partia de queixas específicas, relacionadas a questões educacionais e culturais. “Tudo começa com a luta pelo bebedouro”, diz um famoso chavão do movimento estudantil. É assim que os ativistas de movimentos como o Maio de 1968 se politizaram no debate sobre temas relacionados às carências e limitações enfrentadas no interior das instituições educacionais; a partir daí chegaram às “grandes causas” — as lutas por direitos civis, o enfrentamento ao autoritarismo, a oposição à guerra do Vietnã, entre outras.

Ora, esse padrão de mobilização que parte de questões imediatas para causas mais gerais não se verifica nos movimentos que impulsionaram as revoluções coloridas. Embora lideranças da Otpor tenham participado de lutas pela autonomia das instituições universitárias em seu país (BUNCE e WOLCHIK, 2006c), isso se deu anteriormente à fundação da organização, que, uma vez criada, já surge na luta contra “fraudes eleitorais” e por uma democratização nos moldes americanos. O caso da Geórgia é ainda mais explícito. Segundo Bunce e Wolchik, nas iniciativas promovidas pela Kmara “os jovens foram mobilizados primeiramente em torno de questões e preocupações mais amplas” (2006c, p. 63, tradução nossa)³.



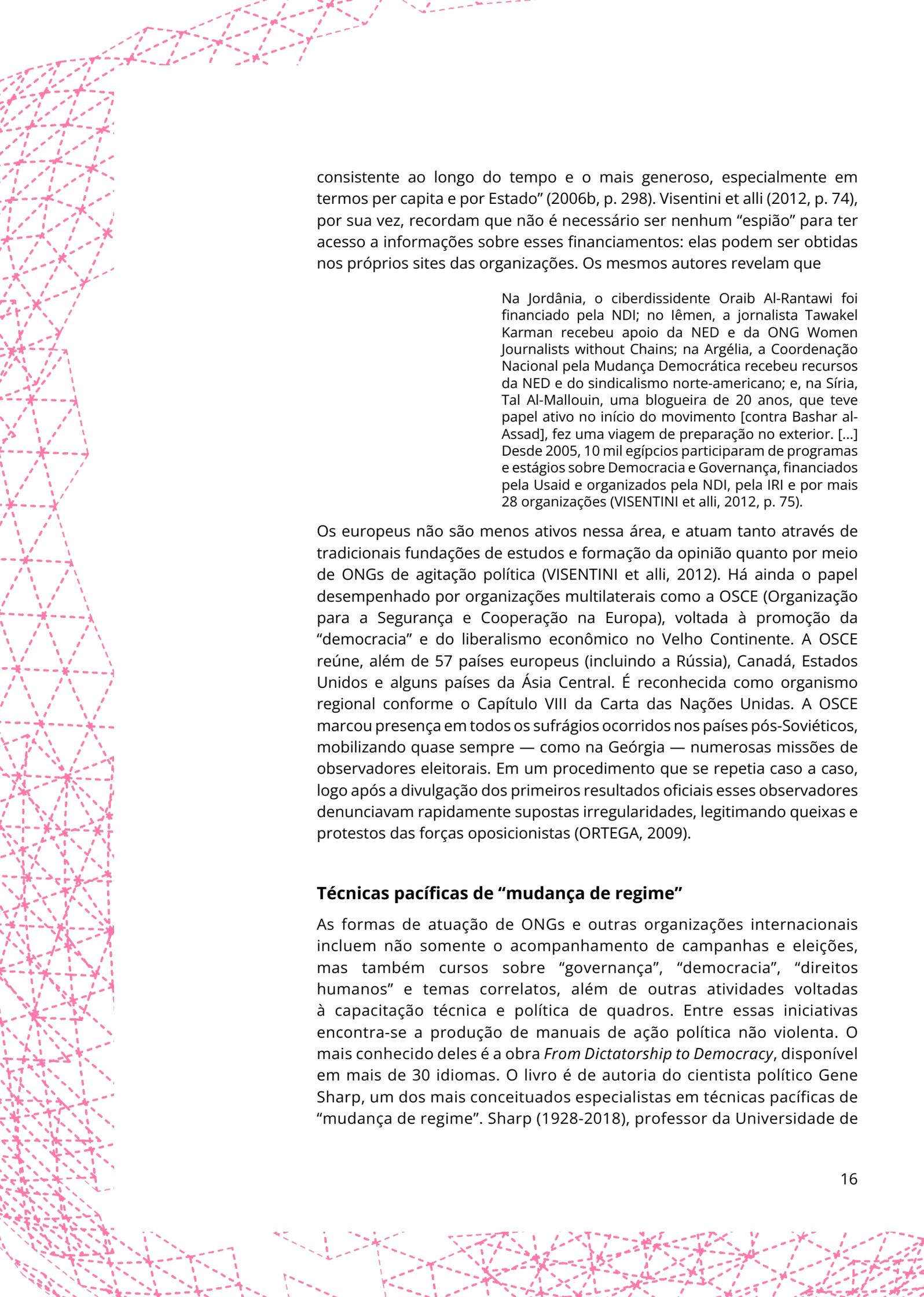
4 Para um quadro dos apoios da Usaid, mostrando inclusive como os países do antigo bloco soviético representaram uma clara prioridade, cf. Bunce e Wolchik (2006a).

Todas essas organizações de juventude adotaram como forma principal de luta o monitoramento de pleitos. Entre suas ações tornou-se notória a realização de apurações paralelas, cujos resultados serviam à denúncia de “desvios” eleitorais. O modelo como um todo contempla estratégias de cooptação e formação de quadros — em geral jovens de bom nível educacional e cultural. Estratégias políticas e simbólicas também foram compartilhadas e aperfeiçoadas ao longo do tempo. Isso abrange o uso de recursos sonoros — com destaque para a música rap — e visuais — incluindo camisetas, adesivos, balões e outros instrumentos de agitação e propaganda. Não admira que os movimentos Otpor (Resistência), Kmara (Basta!), Pora (Está na hora!) e KelKel (Renascença) possuam todos a mesma marca: um punho cerrado, ícone de rebeldia e combatividade provavelmente decalcado da antiga organização militante norte-americana Panteras Negras.

Mais importante, porém, que o intercâmbio desses grupos entre si são suas ligações com ONGs e instituições governamentais dos Estados Unidos e da Europa, de onde provêm o apoio técnico e midiático, a solidariedade política e as fontes de financiamento indispensáveis ao exercício de suas atividades. As ações dessas ONGs, *think tanks* e agências de Estado não se restringem a definir políticas. Para além disso, buscam modelar a atmosfera cultural, interferindo na formação de percepções e preferências (MORAES, 2015). Fomentam, dessa forma, um imaginário capaz de favorecer as soluções de interesse das plutocracias que governam o sistema. Como afirma Bob Jessop (2010, p. 201), “imaginários econômicos [e também, podemos acrescentar, políticos] relativamente bem-sucedidos dispõem de sua própria força performativa e constitutiva no mundo material”.

Entre as ONGs e *think tanks* que projetam a influência dos Estados Unidos no cenário mundial destacam-se Freedom House, National Endowment for Democracy (NDE) e International Republican Institute (IRI), além de fundações ligadas ao magnata George Soros, todas elas bastante atuantes tanto nas revoluções coloridas quanto na dita “Primavera Árabe”. Não menos dignas de menção são National Democratic Institute for International Affairs (NDI), Open Society Institute, Fair Elections — que forneceu assistência técnica e quadros para o monitoramento de eleições — e, no campo governamental, a célebre Usaid⁴, agência americana de apoio ao “desenvolvimento internacional” que despendeu 1,5 milhão de dólares apenas para informatizar as “confusas” listas de votação da Geórgia (FAIRBANKS, 2004, p. 114).

Estas e outras instituições despenderam, em períodos imediatamente anteriores às revoluções coloridas, centenas de milhões em financiamentos para os países que serviram de palco a esses episódios. Mais do que isso, de acordo com Bunce e Wolchik, “há substancial evidência de que a região pós-comunista se destaca como a área onde o apoio americano foi o mais



consistente ao longo do tempo e o mais generoso, especialmente em termos per capita e por Estado” (2006b, p. 298). Visentini et alli (2012, p. 74), por sua vez, recordam que não é necessário ser nenhum “espião” para ter acesso a informações sobre esses financiamentos: elas podem ser obtidas nos próprios sites das organizações. Os mesmos autores revelam que

Na Jordânia, o ciberdissidente Oraib Al-Rantawi foi financiado pela NDI; no Iêmen, a jornalista Tawakel Karman recebeu apoio da NED e da ONG Women Journalists without Chains; na Argélia, a Coordenação Nacional pela Mudança Democrática recebeu recursos da NED e do sindicalismo norte-americano; e, na Síria, Tal Al-Mallouin, uma blogueira de 20 anos, que teve papel ativo no início do movimento [contra Bashar al-Assad], fez uma viagem de preparação no exterior. [...] Desde 2005, 10 mil egípcios participaram de programas e estágios sobre Democracia e Governança, financiados pela Usaid e organizados pela NDI, pela IRI e por mais 28 organizações (VISENTINI et alli, 2012, p. 75).

Os europeus não são menos ativos nessa área, e atuam tanto através de tradicionais fundações de estudos e formação da opinião quanto por meio de ONGs de agitação política (VISENTINI et alli, 2012). Há ainda o papel desempenhado por organizações multilaterais como a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), voltada à promoção da “democracia” e do liberalismo econômico no Velho Continente. A OSCE reúne, além de 57 países europeus (incluindo a Rússia), Canadá, Estados Unidos e alguns países da Ásia Central. É reconhecida como organismo regional conforme o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. A OSCE marcou presença em todos os sufrágios ocorridos nos países pós-Soviéticos, mobilizando quase sempre — como na Geórgia — numerosas missões de observadores eleitorais. Em um procedimento que se repetia caso a caso, logo após a divulgação dos primeiros resultados oficiais esses observadores denunciavam rapidamente supostas irregularidades, legitimando queixas e protestos das forças opositoras (ORTEGA, 2009).

Técnicas pacíficas de “mudança de regime”

As formas de atuação de ONGs e outras organizações internacionais incluem não somente o acompanhamento de campanhas e eleições, mas também cursos sobre “governança”, “democracia”, “direitos humanos” e temas correlatos, além de outras atividades voltadas à capacitação técnica e política de quadros. Entre essas iniciativas encontra-se a produção de manuais de ação política não violenta. O mais conhecido deles é a obra *From Dictatorship to Democracy*, disponível em mais de 30 idiomas. O livro é de autoria do cientista político Gene Sharp, um dos mais conceituados especialistas em técnicas pacíficas de “mudança de regime”. Sharp (1928-2018), professor da Universidade de

5 Em esforço que revela grande sinergia com o trabalho de intelectuais como Gene Sharp, o Departamento de Estado dos EUA também produziu seus próprios manuais de ação política não violenta. Para um deles, cf. Estados Unidos da América (2009).

6 “A oposição georgiana seguiu o exemplo [da Sérvia] nas eleições parlamentares de 2003, embora isso tenha produzido, é importante reconhecer, um golpe de estado da oposição, uma vez que Shevardnadze foi levado à renúncia, mas sequer era de fato candidato à reeleição” (BUNCE e WOLCHIK, 2006b, p. 292, tradução nossa).

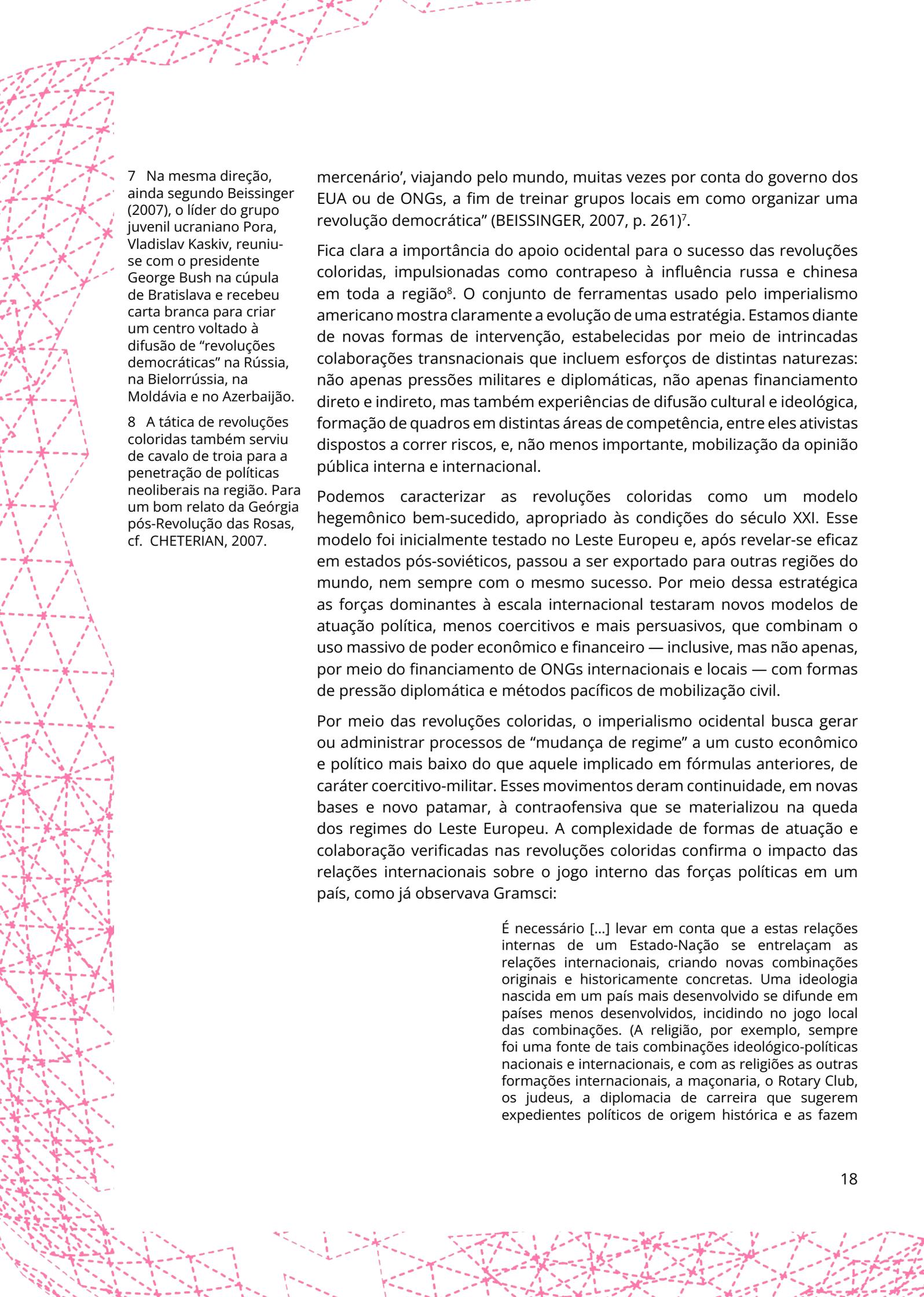
Massachusetts e pesquisador em Harvard, foi um dos criadores da Albert Einstein Institution, organização voltada ao estudo e à sistematização de fórmulas de “resistência não violenta”⁵.

É inevitável lembrar do manual Gene Sharp quando remontamos ao episódio que deflagrou a Revolução das Rosas na Geórgia, e que acabou por dar o nome aos acontecimentos naquele país. No dia 22 de novembro de 2003, colunas oposicionistas lideradas por Mikheil Saakashvili invadiram o parlamento enquanto o então presidente Eduard Shevardnadze dava posse aos deputados eleitos semanas antes. Protestando contra fraudes eleitorais, os manifestantes traziam consigo rosas. Diante do contingente numeroso de manifestantes, o presidente abandonou o parlamento e decretou estado de emergência no país. No dia seguinte, forças policiais relutaram em reprimir o protesto. Pressionado e desautorizado pelas próprias forças sob seu comando, Shevardnadze não teve outra alternativa senão renunciar ao cargo (ORTEGA, 2009; FAIRBANKS, 2004)⁶. No caso em questão, o uso de rosas sugere a formação pacífica de um consenso como forma de enfrentamento à ilegitimidade do regime constituído. Essa forma de luta encontra-se entre as recomendações de Gene Sharp:

No início de uma nova campanha para enfraquecer a ditadura, as primeiras ações, mais especificamente políticas, podem ter escopo limitado. Elas devem ser projetadas em parte para testar e influenciar o humor da população, e prepará-la para continuar a luta através da não cooperação e desafio político. A ação inicial é susceptível de assumir a forma de protesto simbólico [...] o ato inicial pode, por exemplo, envolver a colocação de flores em um local de importância simbólica (2010, p. 42).

Sharp propõe ainda que os militantes pautem sua ação em “um tema cujo mérito será amplamente reconhecido e difícil de rejeitar” (2010, p. 41). Segundo Beissinger (2007), as táticas de desobediência civil propostas por Sharp foram decisivas para a queda do regime de Slobodan Milošević após inúmeras tentativas fracassadas na antiga Iugoslávia. O “manual Sharp” foi particularmente influente junto ao grupo estudantil dissidente Otpor. Esse grupo tomou a frente da Revolução Bulldozer, com grande protagonismo e autonomia, recusando mesmo submeter-se às lideranças políticas da oposição tradicional (BUNCE e WOLCHIK, 2006c).

Vale notar que, após o desfecho das revoluções coloridas, muitos desses grupos fecharam as portas. A Kmara georgiana, que segundo Bunce e Wolchik (2006c) fora apoiada e financiada pelo National Democratic Institute no esforço de criar células em universidades e escolas, não deu continuidade a esse promissor trabalho, e deixou de existir como movimento após a Revolução das Rosas. Já os ativistas da Otpor reduziram drasticamente suas articulações no próprio país e, antes de encerrarem as atividades, em 2004, “tornaram-se, como disse um analista sérvio, ‘um tipo moderno de



7 Na mesma direção, ainda segundo Beissinger (2007), o líder do grupo juvenil ucraniano Pora, Vladislav Kaskiv, reuniu-se com o presidente George Bush na cúpula de Bratislava e recebeu carta branca para criar um centro voltado à difusão de “revoluções democráticas” na Rússia, na Bielorrússia, na Moldávia e no Azerbaijão.

8 A tática de revoluções coloridas também serviu de cavalo de troia para a penetração de políticas neoliberais na região. Para um bom relato da Geórgia pós-Revolução das Rosas, cf. CHETERIAN, 2007.

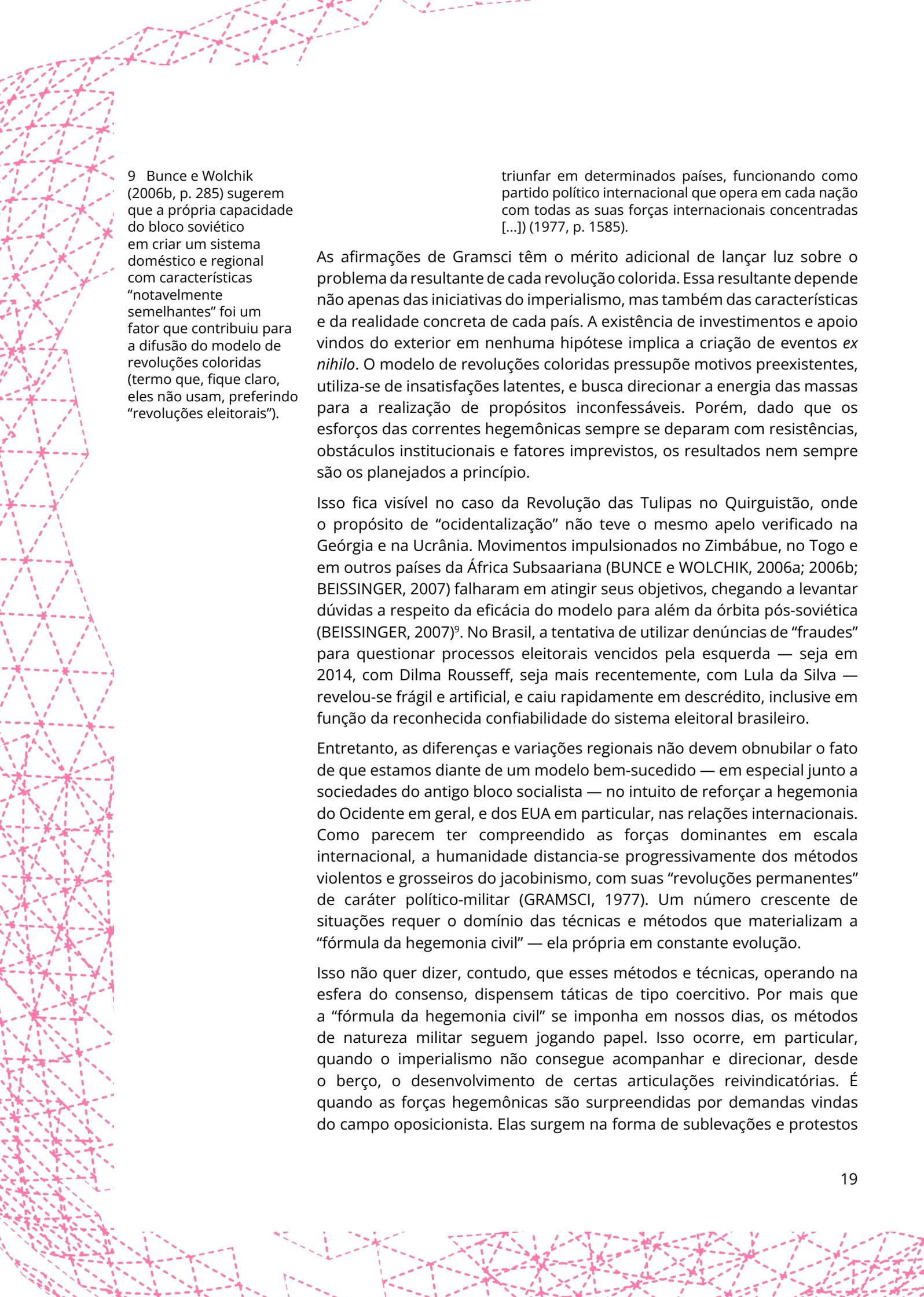
mercenário’, viajando pelo mundo, muitas vezes por conta do governo dos EUA ou de ONGs, a fim de treinar grupos locais em como organizar uma revolução democrática” (BEISSINGER, 2007, p. 261)⁷.

Fica clara a importância do apoio ocidental para o sucesso das revoluções coloridas, impulsionadas como contrapeso à influência russa e chinesa em toda a região⁸. O conjunto de ferramentas usado pelo imperialismo americano mostra claramente a evolução de uma estratégia. Estamos diante de novas formas de intervenção, estabelecidas por meio de intrincadas colaborações transnacionais que incluem esforços de distintas naturezas: não apenas pressões militares e diplomáticas, não apenas financiamento direto e indireto, mas também experiências de difusão cultural e ideológica, formação de quadros em distintas áreas de competência, entre eles ativistas dispostos a correr riscos, e, não menos importante, mobilização da opinião pública interna e internacional.

Podemos caracterizar as revoluções coloridas como um modelo hegemônico bem-sucedido, apropriado às condições do século XXI. Esse modelo foi inicialmente testado no Leste Europeu e, após revelar-se eficaz em estados pós-soviéticos, passou a ser exportado para outras regiões do mundo, nem sempre com o mesmo sucesso. Por meio dessa estratégia as forças dominantes à escala internacional testaram novos modelos de atuação política, menos coercitivos e mais persuasivos, que combinam o uso massivo de poder econômico e financeiro — inclusive, mas não apenas, por meio do financiamento de ONGs internacionais e locais — com formas de pressão diplomática e métodos pacíficos de mobilização civil.

Por meio das revoluções coloridas, o imperialismo ocidental busca gerar ou administrar processos de “mudança de regime” a um custo econômico e político mais baixo do que aquele implicado em fórmulas anteriores, de caráter coercitivo-militar. Esses movimentos deram continuidade, em novas bases e novo patamar, à contraofensiva que se materializou na queda dos regimes do Leste Europeu. A complexidade de formas de atuação e colaboração verificadas nas revoluções coloridas confirma o impacto das relações internacionais sobre o jogo interno das forças políticas em um país, como já observava Gramsci:

É necessário [...] levar em conta que a estas relações internas de um Estado-Nação se entrelaçam as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia nascida em um país mais desenvolvido se difunde em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. (A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte de tais combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais, e com as religiões as outras formações internacionais, a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia de carreira que sugerem expedientes políticos de origem histórica e as fazem



9 Bunce e Wolchik (2006b, p. 285) sugerem que a própria capacidade do bloco soviético em criar um sistema doméstico e regional com características “notavelmente semelhantes” foi um fator que contribuiu para a difusão do modelo de revoluções coloridas (termo que, fique claro, eles não usam, preferindo “revoluções eleitorais”).

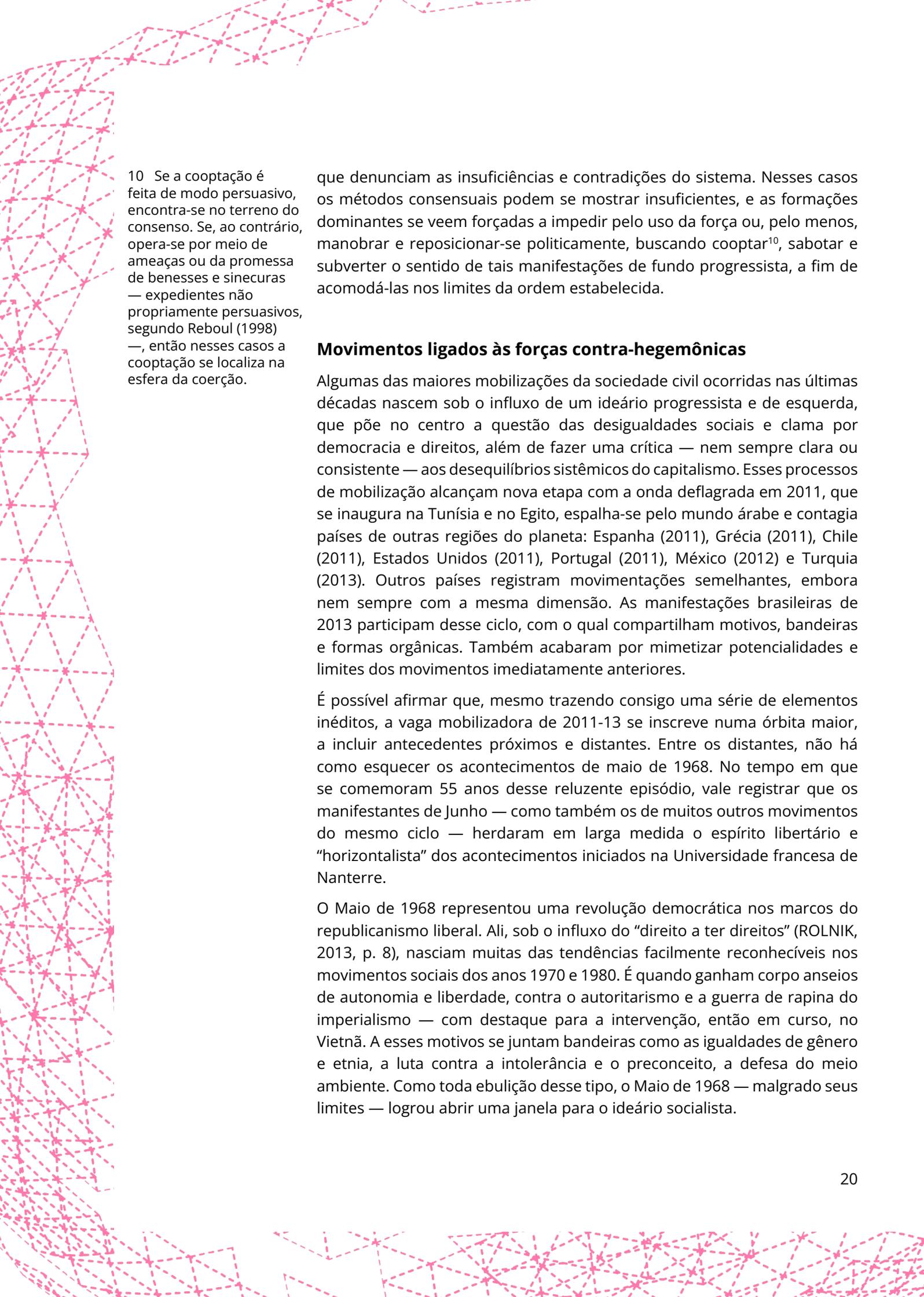
triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que opera em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas [...] (1977, p. 1585).

As afirmações de Gramsci têm o mérito adicional de lançar luz sobre o problema da resultante de cada revolução colorida. Essa resultante depende não apenas das iniciativas do imperialismo, mas também das características e da realidade concreta de cada país. A existência de investimentos e apoio vindos do exterior em nenhuma hipótese implica a criação de eventos *ex nihilo*. O modelo de revoluções coloridas pressupõe motivos preexistentes, utiliza-se de insatisfações latentes, e busca direcionar a energia das massas para a realização de propósitos inconfessáveis. Porém, dado que os esforços das correntes hegemônicas sempre se deparam com resistências, obstáculos institucionais e fatores imprevistos, os resultados nem sempre são os planejados a princípio.

Isso fica visível no caso da Revolução das Tulipas no Quirguistão, onde o propósito de “ocidentalização” não teve o mesmo apelo verificado na Geórgia e na Ucrânia. Movimentos impulsionados no Zimbábue, no Togo e em outros países da África Subsaariana (BUNCE e WOLCHIK, 2006a; 2006b; BEISSINGER, 2007) falharam em atingir seus objetivos, chegando a levantar dúvidas a respeito da eficácia do modelo para além da órbita pós-soviética (BEISSINGER, 2007)⁹. No Brasil, a tentativa de utilizar denúncias de “fraudes” para questionar processos eleitorais vencidos pela esquerda — seja em 2014, com Dilma Rousseff, seja mais recentemente, com Lula da Silva — revelou-se frágil e artificial, e caiu rapidamente em descrédito, inclusive em função da reconhecida confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro.

Entretanto, as diferenças e variações regionais não devem obnubilar o fato de que estamos diante de um modelo bem-sucedido — em especial junto a sociedades do antigo bloco socialista — no intuito de reforçar a hegemonia do Ocidente em geral, e dos EUA em particular, nas relações internacionais. Como parecem ter compreendido as forças dominantes em escala internacional, a humanidade distancia-se progressivamente dos métodos violentos e grosseiros do jacobinismo, com suas “revoluções permanentes” de caráter político-militar (GRAMSCI, 1977). Um número crescente de situações requer o domínio das técnicas e métodos que materializam a “fórmula da hegemonia civil” — ela própria em constante evolução.

Isso não quer dizer, contudo, que esses métodos e técnicas, operando na esfera do consenso, dispensem táticas de tipo coercitivo. Por mais que a “fórmula da hegemonia civil” se imponha em nossos dias, os métodos de natureza militar seguem jogando papel. Isso ocorre, em particular, quando o imperialismo não consegue acompanhar e direcionar, desde o berço, o desenvolvimento de certas articulações reivindicatórias. É quando as forças hegemônicas são surpreendidas por demandas vindas do campo oposicionista. Elas surgem na forma de sublevações e protestos



10 Se a cooptação é feita de modo persuasivo, encontra-se no terreno do consenso. Se, ao contrário, opera-se por meio de ameaças ou da promessa de benesses e sinecuras — expedientes não propriamente persuasivos, segundo Reboul (1998) —, então nesses casos a cooptação se localiza na esfera da coerção.

que denunciam as insuficiências e contradições do sistema. Nesses casos os métodos consensuais podem se mostrar insuficientes, e as formações dominantes se veem forçadas a impedir pelo uso da força ou, pelo menos, manobrar e reposicionar-se politicamente, buscando cooptar¹⁰, sabotar e subverter o sentido de tais manifestações de fundo progressista, a fim de acomodá-las nos limites da ordem estabelecida.

Movimentos ligados às forças contra-hegemônicas

Algumas das maiores mobilizações da sociedade civil ocorridas nas últimas décadas nascem sob o influxo de um ideário progressista e de esquerda, que põe no centro a questão das desigualdades sociais e clama por democracia e direitos, além de fazer uma crítica — nem sempre clara ou consistente — aos desequilíbrios sistêmicos do capitalismo. Esses processos de mobilização alcançam nova etapa com a onda deflagrada em 2011, que se inaugura na Tunísia e no Egito, espalha-se pelo mundo árabe e contagia países de outras regiões do planeta: Espanha (2011), Grécia (2011), Chile (2011), Estados Unidos (2011), Portugal (2011), México (2012) e Turquia (2013). Outros países registram movimentações semelhantes, embora nem sempre com a mesma dimensão. As manifestações brasileiras de 2013 participam desse ciclo, com o qual compartilham motivos, bandeiras e formas orgânicas. Também acabaram por mimetizar potencialidades e limites dos movimentos imediatamente anteriores.

É possível afirmar que, mesmo trazendo consigo uma série de elementos inéditos, a vaga mobilizadora de 2011-13 se inscreve numa órbita maior, a incluir antecedentes próximos e distantes. Entre os distantes, não há como esquecer os acontecimentos de maio de 1968. No tempo em que se comemoram 55 anos desse reluzente episódio, vale registrar que os manifestantes de Junho — como também os de muitos outros movimentos do mesmo ciclo — herdaram em larga medida o espírito libertário e “horizontalista” dos acontecimentos iniciados na Universidade francesa de Nanterre.

O Maio de 1968 representou uma revolução democrática nos marcos do republicanismo liberal. Ali, sob o influxo do “direito a ter direitos” (ROLNIK, 2013, p. 8), nasciam muitas das tendências facilmente reconhecíveis nos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. É quando ganham corpo anseios de autonomia e liberdade, contra o autoritarismo e a guerra de rapina do imperialismo — com destaque para a intervenção, então em curso, no Vietnã. A esses motivos se juntam bandeiras como as igualdades de gênero e etnia, a luta contra a intolerância e o preconceito, a defesa do meio ambiente. Como toda ebulição desse tipo, o Maio de 1968 — malgrado seus limites — logrou abrir uma janela para o ideário socialista.

11 Embora esse horizontalismo forme um curioso contraste com a natureza militar do movimento, como nota David Harvey (LOCATELLI, 2014).

12 Trata-se de um pseudônimo escolhido em homenagem a um companheiro de luta falecido. Em 2014 o pseudônimo foi trocado para Galeano, em celebração a um zapatista assassinato pouco antes. Em 1995, o governo do presidente Ernesto Zedillo declarou ter conhecimento da identidade do Subcomandante Marcos, afirmando tratar-se de Rafael Sebastián Guillén Vicente, um ex-aluno de Filosofia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), posteriormente professor na Universidade Autónoma Metropolitana (UAM), na Cidade do México (MANJUANO, 2014).

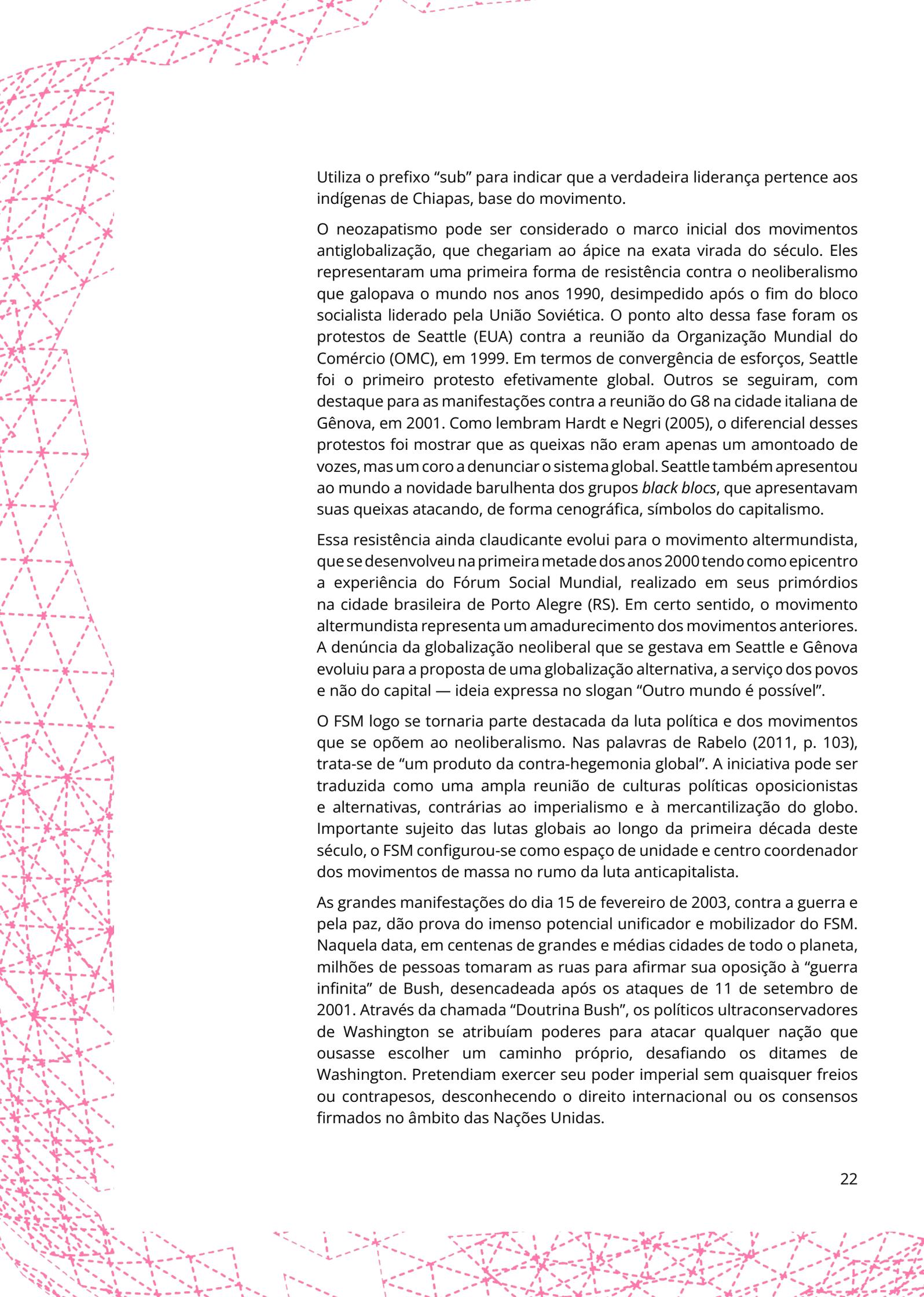
Embora se costume situar seu epicentro na Europa — e em particular na França —, vale lembrar que o Brasil teve seu próprio 1968. Como mostra Moraes (2008), os acontecimentos em nosso país apresentaram tinturas próprias e se desenvolveram de modo independente, podendo ter seus primórdios localizados antes mesmo dos acontecimentos que deflagaram o processo francês. No entanto, em termos de composição social e bandeiras políticas, o 1968 brasileiro exhibe semelhanças com o europeu. Também aqui o protagonismo ficou a cargo da juventude urbana. Organizada no movimento estudantil, ela lutava contra o autoritarismo que, no Brasil, se achava encarnado na ferocidade da ditadura militar.

Esta é, aliás, uma das características marcantes do Maio de 1968: o episódio marca a volta das massas urbanas ao centro do empreendimento transformador. “Depois que as cidades perderam sua condição revolucionária provisoriamente para as grandes revoluções camponesas do século XX, as revoluções urbanas voltaram à luz do dia”, assinala Lincoln Secco (2013, p. 77). Também nesse sentido o Maio de 1968 antecipa um traço forte das mobilizações da última década: o protagonismo das cidades e da juventude urbana, agora encarnando novas reivindicações e expectativas.

Mas o caudal de manifestações globais que culmina no Brasil de 2013 é herdeiro mais direto de um conjunto sinuoso de insurreições e protestos ocorridos na virada do século XX para o XXI, todos eles portadores de uma retórica anticapitalista. A primeira fagulha veio das montanhas do Sudeste do México, onde se ergue em 1994 um levante inspirado na figura de Emiliano Zapata, o camponês líder da Revolução Mexicana de 1910. O Exército Zapatista de Libertação Nacional posicionava-se, naquele então, contra o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês). Do ponto de vista estratégico, o grupamento político-militar declarou perseguir objetivos socialistas.

Encastelado na região pobre de Chiapas, o movimento, com forte composição indígena, criou um enclave autônomo que logo se tornaria conhecido no mundo inteiro. A celebridade se deu não apenas pelo ineditismo da iniciativa, mas sobretudo pela difusão de informações proporcionada pela aliança dos neozapatistas com grupos de *hackers*, o que potencializou o uso de uma internet ainda embrionária (GUTIÉRREZ, 2014; SILVEIRA, 2015). O movimento antecipava, assim, uma tendência que ganharia corpo nos movimentos sociais dos anos seguintes.

A inclinação aos métodos horizontalistas também já se fazia presente¹¹. As decisões do movimento são definidas por um comitê indígena. Seu membro mais conhecido — um líder de fato, embora não no discurso — é o Subcomandante Marcos¹². Sempre encapuzado, ele pretende evitar qualquer personalismo que descaracterize o caráter radicalmente democrático do movimento. Marcos não se apresenta como comandante.



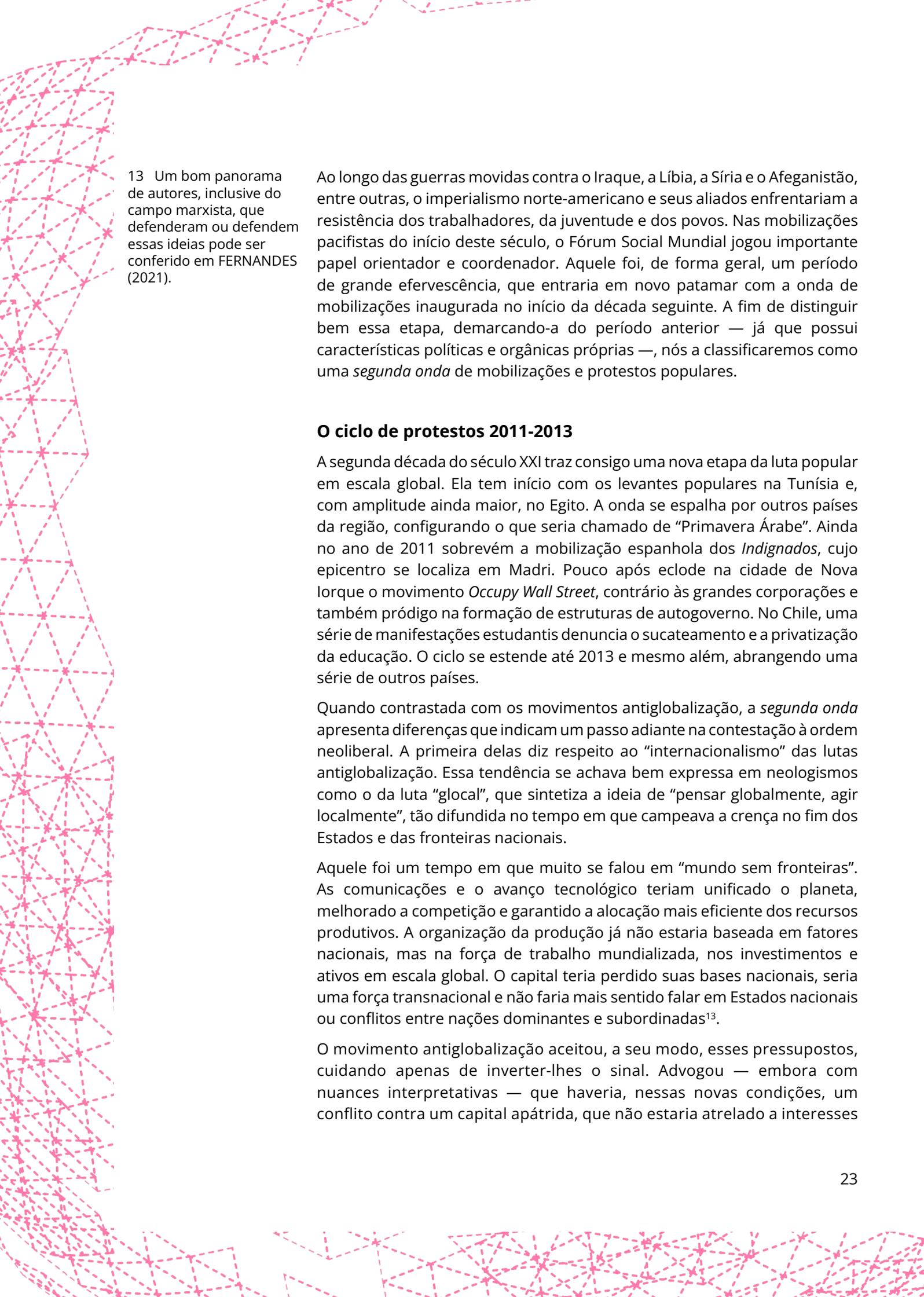
Utiliza o prefixo “sub” para indicar que a verdadeira liderança pertence aos indígenas de Chiapas, base do movimento.

O neozapatismo pode ser considerado o marco inicial dos movimentos antiglobalização, que chegariam ao ápice na exata virada do século. Eles representaram uma primeira forma de resistência contra o neoliberalismo que galopava o mundo nos anos 1990, desimpedido após o fim do bloco socialista liderado pela União Soviética. O ponto alto dessa fase foram os protestos de Seattle (EUA) contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999. Em termos de convergência de esforços, Seattle foi o primeiro protesto efetivamente global. Outros se seguiram, com destaque para as manifestações contra a reunião do G8 na cidade italiana de Gênova, em 2001. Como lembram Hardt e Negri (2005), o diferencial desses protestos foi mostrar que as queixas não eram apenas um amontoado de vozes, mas um coro a denunciar o sistema global. Seattle também apresentou ao mundo a novidade barulhenta dos grupos *black blocs*, que apresentavam suas queixas atacando, de forma cenográfica, símbolos do capitalismo.

Essa resistência ainda claudicante evolui para o movimento altermundista, que se desenvolveu na primeira metade dos anos 2000 tendo como epicentro a experiência do Fórum Social Mundial, realizado em seus primórdios na cidade brasileira de Porto Alegre (RS). Em certo sentido, o movimento altermundista representa um amadurecimento dos movimentos anteriores. A denúncia da globalização neoliberal que se gestava em Seattle e Gênova evoluiu para a proposta de uma globalização alternativa, a serviço dos povos e não do capital — ideia expressa no slogan “Outro mundo é possível”.

O FSM logo se tornaria parte destacada da luta política e dos movimentos que se opõem ao neoliberalismo. Nas palavras de Rabelo (2011, p. 103), trata-se de “um produto da contra-hegemonia global”. A iniciativa pode ser traduzida como uma ampla reunião de culturas políticas oposicionistas e alternativas, contrárias ao imperialismo e à mercantilização do globo. Importante sujeito das lutas globais ao longo da primeira década deste século, o FSM configurou-se como espaço de unidade e centro coordenador dos movimentos de massa no rumo da luta anticapitalista.

As grandes manifestações do dia 15 de fevereiro de 2003, contra a guerra e pela paz, dão prova do imenso potencial unificador e mobilizador do FSM. Naquela data, em centenas de grandes e médias cidades de todo o planeta, milhões de pessoas tomaram as ruas para afirmar sua oposição à “guerra infinita” de Bush, desencadeada após os ataques de 11 de setembro de 2001. Através da chamada “Doutrina Bush”, os políticos ultraconservadores de Washington se atribuíam poderes para atacar qualquer nação que ousasse escolher um caminho próprio, desafiando os ditames de Washington. Pretendiam exercer seu poder imperial sem quaisquer freios ou contrapesos, desconhecendo o direito internacional ou os consensos firmados no âmbito das Nações Unidas.



13 Um bom panorama de autores, inclusive do campo marxista, que defenderam ou defendem essas ideias pode ser conferido em FERNANDES (2021).

Ao longo das guerras movidas contra o Iraque, a Líbia, a Síria e o Afeganistão, entre outras, o imperialismo norte-americano e seus aliados enfrentariam a resistência dos trabalhadores, da juventude e dos povos. Nas mobilizações pacifistas do início deste século, o Fórum Social Mundial jogou importante papel orientador e coordenador. Aquele foi, de forma geral, um período de grande efervescência, que entraria em novo patamar com a onda de mobilizações inaugurada no início da década seguinte. A fim de distinguir bem essa etapa, demarcando-a do período anterior — já que possui características políticas e orgânicas próprias —, nós a classificaremos como uma *segunda onda* de mobilizações e protestos populares.

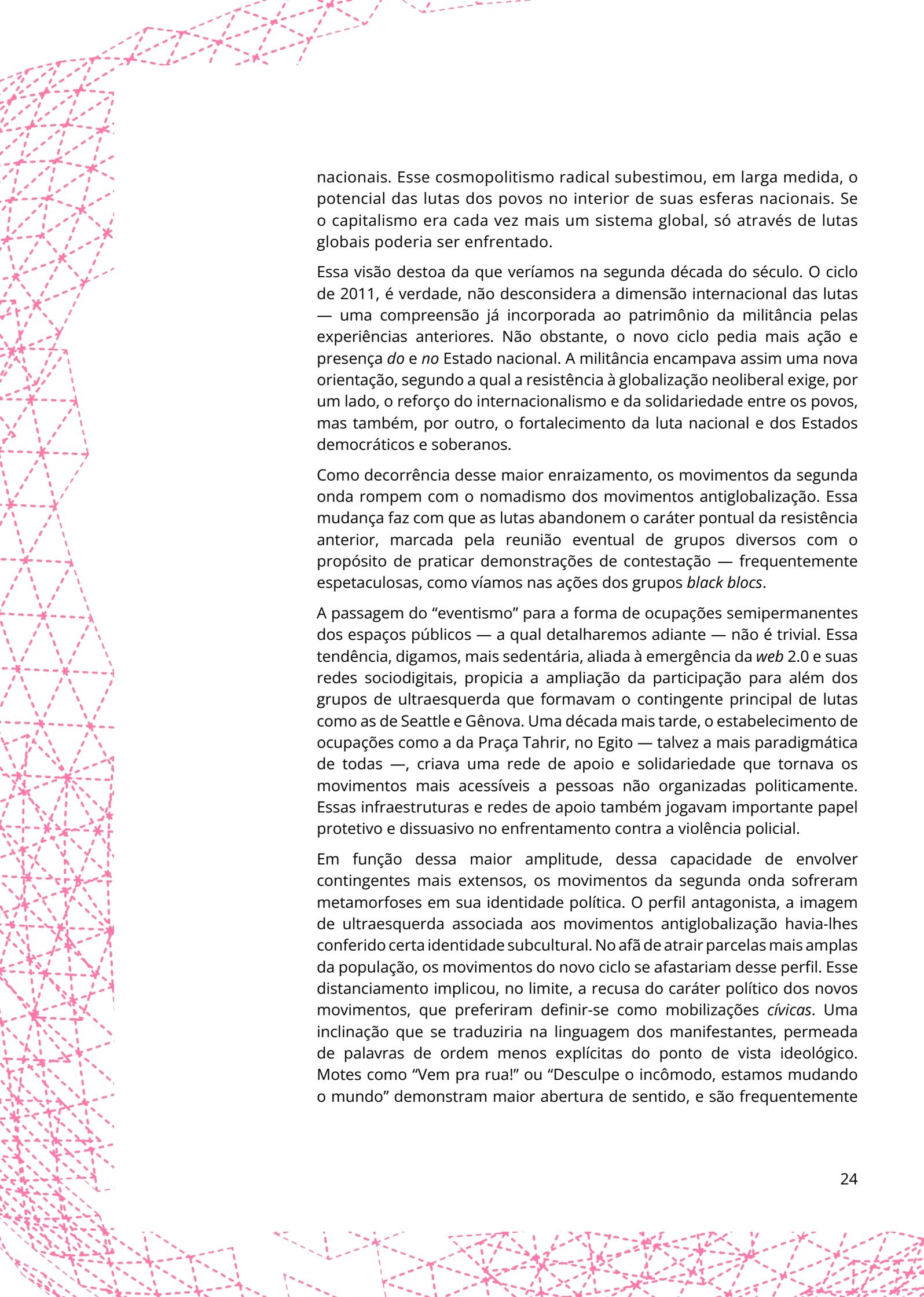
O ciclo de protestos 2011-2013

A segunda década do século XXI traz consigo uma nova etapa da luta popular em escala global. Ela tem início com os levantes populares na Tunísia e, com amplitude ainda maior, no Egito. A onda se espalha por outros países da região, configurando o que seria chamado de “Primavera Árabe”. Ainda no ano de 2011 sobrevém a mobilização espanhola dos *Indignados*, cujo epicentro se localiza em Madri. Pouco após eclode na cidade de Nova Iorque o movimento *Occupy Wall Street*, contrário às grandes corporações e também pródigo na formação de estruturas de autogoverno. No Chile, uma série de manifestações estudantis denuncia o sucateamento e a privatização da educação. O ciclo se estende até 2013 e mesmo além, abrangendo uma série de outros países.

Quando contrastada com os movimentos antiglobalização, a *segunda onda* apresenta diferenças que indicam um passo adiante na contestação à ordem neoliberal. A primeira delas diz respeito ao “internacionalismo” das lutas antiglobalização. Essa tendência se achava bem expressa em neologismos como o da luta “glocal”, que sintetiza a ideia de “pensar globalmente, agir localmente”, tão difundida no tempo em que campeava a crença no fim dos Estados e das fronteiras nacionais.

Aquele foi um tempo em que muito se falou em “mundo sem fronteiras”. As comunicações e o avanço tecnológico teriam unificado o planeta, melhorado a competição e garantido a alocação mais eficiente dos recursos produtivos. A organização da produção já não estaria baseada em fatores nacionais, mas na força de trabalho mundializada, nos investimentos e ativos em escala global. O capital teria perdido suas bases nacionais, seria uma força transnacional e não faria mais sentido falar em Estados nacionais ou conflitos entre nações dominantes e subordinadas¹³.

O movimento antiglobalização aceitou, a seu modo, esses pressupostos, cuidando apenas de inverter-lhes o sinal. Advogou — embora com nuances interpretativas — que haveria, nessas novas condições, um conflito contra um capital apátrida, que não estaria atrelado a interesses



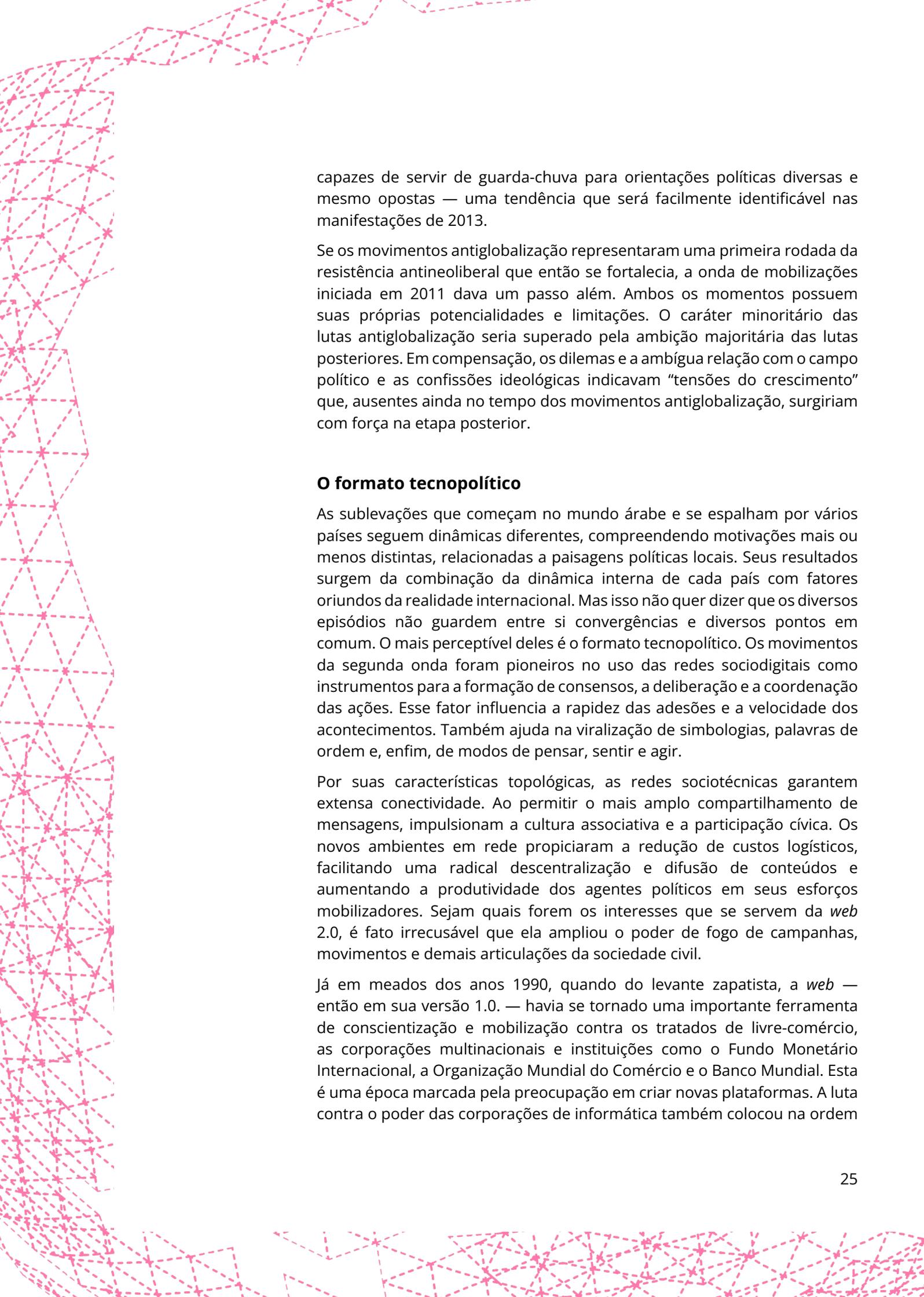
nacionais. Esse cosmopolitismo radical subestimou, em larga medida, o potencial das lutas dos povos no interior de suas esferas nacionais. Se o capitalismo era cada vez mais um sistema global, só através de lutas globais poderia ser enfrentado.

Essa visão destoa da que veríamos na segunda década do século. O ciclo de 2011, é verdade, não desconsidera a dimensão internacional das lutas — uma compreensão já incorporada ao patrimônio da militância pelas experiências anteriores. Não obstante, o novo ciclo pedia mais ação e presença *do* e *no* Estado nacional. A militância encampava assim uma nova orientação, segundo a qual a resistência à globalização neoliberal exige, por um lado, o reforço do internacionalismo e da solidariedade entre os povos, mas também, por outro, o fortalecimento da luta nacional e dos Estados democráticos e soberanos.

Como decorrência desse maior enraizamento, os movimentos da segunda onda rompem com o nomadismo dos movimentos antiglobalização. Essa mudança faz com que as lutas abandonem o caráter pontual da resistência anterior, marcada pela reunião eventual de grupos diversos com o propósito de praticar demonstrações de contestação — frequentemente espetaculosas, como víamos nas ações dos grupos *black blocs*.

A passagem do “eventismo” para a forma de ocupações semipermanentes dos espaços públicos — a qual detalharemos adiante — não é trivial. Essa tendência, digamos, mais sedentária, aliada à emergência da *web 2.0* e suas redes sociodigitais, propicia a ampliação da participação para além dos grupos de ultraesquerda que formavam o contingente principal de lutas como as de Seattle e Gênova. Uma década mais tarde, o estabelecimento de ocupações como a da Praça Tahrir, no Egito — talvez a mais paradigmática de todas —, criava uma rede de apoio e solidariedade que tornava os movimentos mais acessíveis a pessoas não organizadas politicamente. Essas infraestruturas e redes de apoio também jogavam importante papel protetivo e dissuasivo no enfrentamento contra a violência policial.

Em função dessa maior amplitude, dessa capacidade de envolver contingentes mais extensos, os movimentos da segunda onda sofreram metamorfoses em sua identidade política. O perfil antagonista, a imagem de ultraesquerda associada aos movimentos antiglobalização havia-lhes conferido certa identidade subcultural. No afã de atrair parcelas mais amplas da população, os movimentos do novo ciclo se afastariam desse perfil. Esse distanciamento implicou, no limite, a recusa do caráter político dos novos movimentos, que preferiram definir-se como mobilizações *cívicas*. Uma inclinação que se traduziria na linguagem dos manifestantes, permeada de palavras de ordem menos explícitas do ponto de vista ideológico. Motes como “Vem pra rua!” ou “Desculpe o incômodo, estamos mudando o mundo” demonstram maior abertura de sentido, e são frequentemente



capazes de servir de guarda-chuva para orientações políticas diversas e mesmo opostas — uma tendência que será facilmente identificável nas manifestações de 2013.

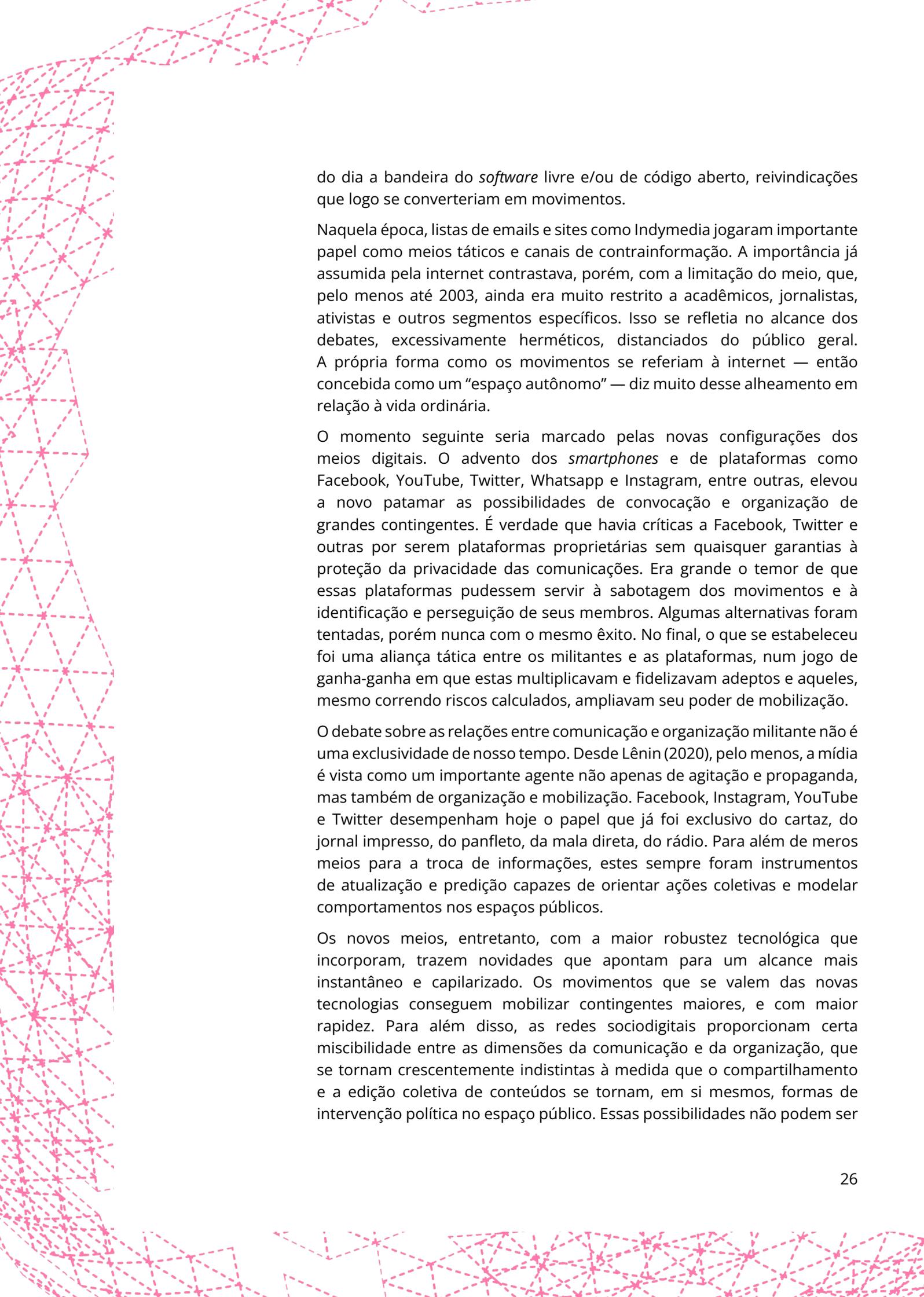
Se os movimentos antiglobalização representaram uma primeira rodada da resistência antineoliberal que então se fortalecia, a onda de mobilizações iniciada em 2011 dava um passo além. Ambos os momentos possuem suas próprias potencialidades e limitações. O caráter minoritário das lutas antiglobalização seria superado pela ambição majoritária das lutas posteriores. Em compensação, os dilemas e a ambígua relação com o campo político e as confissões ideológicas indicavam “tensões do crescimento” que, ausentes ainda no tempo dos movimentos antiglobalização, surgiriam com força na etapa posterior.

O formato tecnopolítico

As sublevações que começam no mundo árabe e se espalham por vários países seguem dinâmicas diferentes, compreendendo motivações mais ou menos distintas, relacionadas a paisagens políticas locais. Seus resultados surgem da combinação da dinâmica interna de cada país com fatores oriundos da realidade internacional. Mas isso não quer dizer que os diversos episódios não guardem entre si convergências e diversos pontos em comum. O mais perceptível deles é o formato tecnopolítico. Os movimentos da segunda onda foram pioneiros no uso das redes sociodigitais como instrumentos para a formação de consensos, a deliberação e a coordenação das ações. Esse fator influencia a rapidez das adesões e a velocidade dos acontecimentos. Também ajuda na viralização de simbologias, palavras de ordem e, enfim, de modos de pensar, sentir e agir.

Por suas características topológicas, as redes sociotécnicas garantem extensa conectividade. Ao permitir o mais amplo compartilhamento de mensagens, impulsionam a cultura associativa e a participação cívica. Os novos ambientes em rede propiciaram a redução de custos logísticos, facilitando uma radical descentralização e difusão de conteúdos e aumentando a produtividade dos agentes políticos em seus esforços mobilizadores. Sejam quais forem os interesses que se servem da *web* 2.0, é fato irrecusável que ela ampliou o poder de fogo de campanhas, movimentos e demais articulações da sociedade civil.

Já em meados dos anos 1990, quando do levante zapatista, a *web* — então em sua versão 1.0. — havia se tornado uma importante ferramenta de conscientização e mobilização contra os tratados de livre-comércio, as corporações multinacionais e instituições como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial. Esta é uma época marcada pela preocupação em criar novas plataformas. A luta contra o poder das corporações de informática também colocou na ordem



do dia a bandeira do *software* livre e/ou de código aberto, reivindicações que logo se converteriam em movimentos.

Naquela época, listas de emails e sites como Indymedia jogaram importante papel como meios táticos e canais de contrainformação. A importância já assumida pela internet contrastava, porém, com a limitação do meio, que, pelo menos até 2003, ainda era muito restrito a acadêmicos, jornalistas, ativistas e outros segmentos específicos. Isso se refletia no alcance dos debates, excessivamente herméticos, distanciados do público geral. A própria forma como os movimentos se referiam à internet — então concebida como um “espaço autônomo” — diz muito desse alheamento em relação à vida ordinária.

O momento seguinte seria marcado pelas novas configurações dos meios digitais. O advento dos *smartphones* e de plataformas como Facebook, YouTube, Twitter, Whatsapp e Instagram, entre outras, elevou a novo patamar as possibilidades de convocação e organização de grandes contingentes. É verdade que havia críticas a Facebook, Twitter e outras por serem plataformas proprietárias sem quaisquer garantias à proteção da privacidade das comunicações. Era grande o temor de que essas plataformas pudessem servir à sabotagem dos movimentos e à identificação e perseguição de seus membros. Algumas alternativas foram tentadas, porém nunca com o mesmo êxito. No final, o que se estabeleceu foi uma aliança tática entre os militantes e as plataformas, num jogo de ganha-ganha em que estas multiplicavam e fidelizavam adeptos e aqueles, mesmo correndo riscos calculados, ampliavam seu poder de mobilização.

O debate sobre as relações entre comunicação e organização militante não é uma exclusividade de nosso tempo. Desde Lênin (2020), pelo menos, a mídia é vista como um importante agente não apenas de agitação e propaganda, mas também de organização e mobilização. Facebook, Instagram, YouTube e Twitter desempenham hoje o papel que já foi exclusivo do cartaz, do jornal impresso, do panfleto, da mala direta, do rádio. Para além de meros meios para a troca de informações, estes sempre foram instrumentos de atualização e predição capazes de orientar ações coletivas e modelar comportamentos nos espaços públicos.

Os novos meios, entretanto, com a maior robustez tecnológica que incorporam, trazem novidades que apontam para um alcance mais instantâneo e capilarizado. Os movimentos que se valem das novas tecnologias conseguem mobilizar contingentes maiores, e com maior rapidez. Para além disso, as redes sociodigitais proporcionam certa miscibilidade entre as dimensões da comunicação e da organização, que se tornam crescentemente indistintas à medida que o compartilhamento e a edição coletiva de conteúdos se tornam, em si mesmos, formas de intervenção política no espaço público. Essas possibilidades não podem ser



14 A campanha “No les votes” logo incorporaria outras bandeiras, passando a abranger também o combate à corrupção (GERBAUDO, 2021).

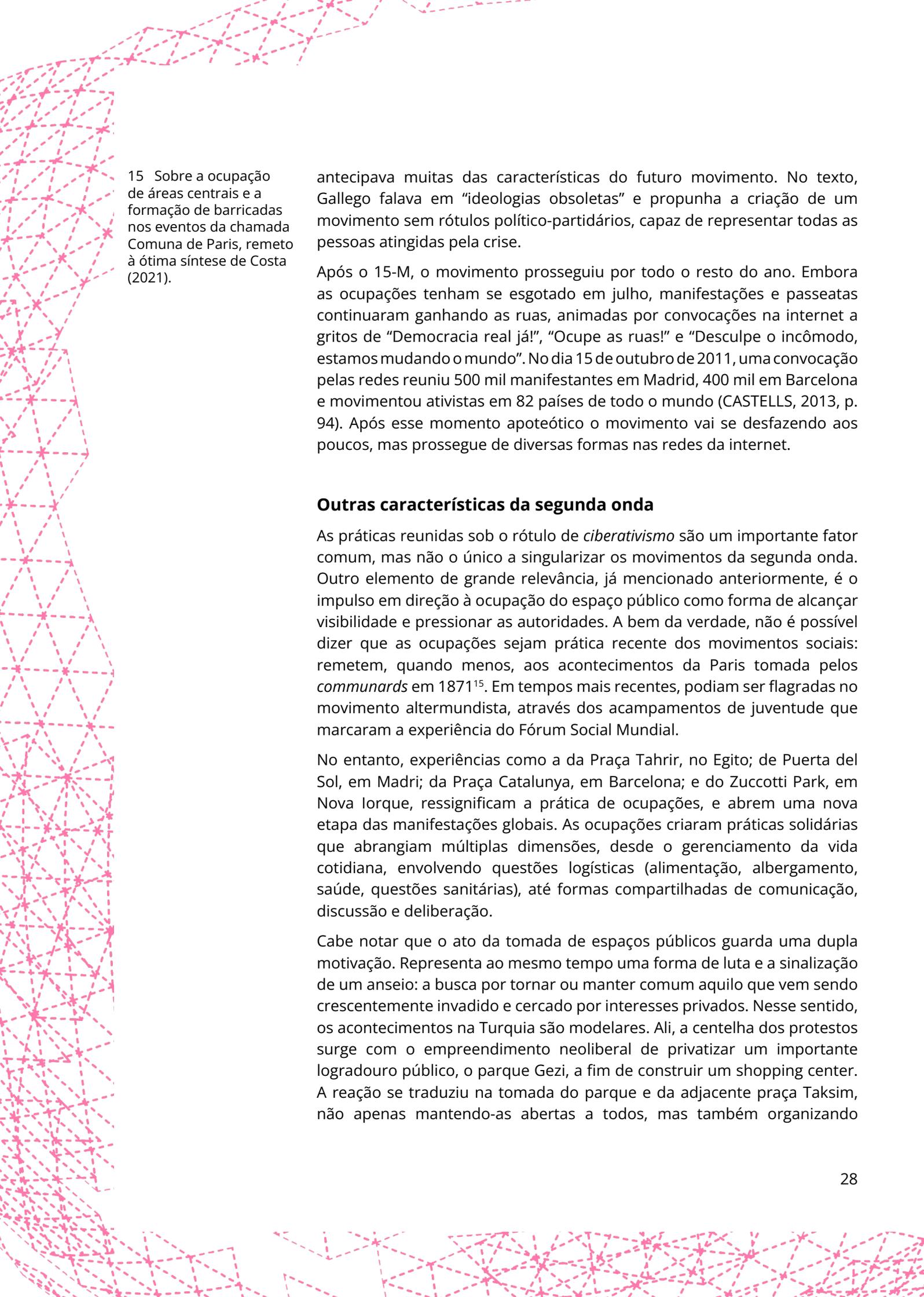
reduzidas a uma dimensão meramente instrumental. Elas se ligam a – e ajudam a moldar – novas tendências e formas de pensar e sentir.

Na compreensão de Manuel Castells, as revoltas árabes e suas congêneres na Espanha, nos EUA, na Turquia, no Brasil e em outros países possuem uma dinâmica que se inicia nas redes, deságua nas ruas e permanece latente na internet. Embora ressalte que os protestos não são uma criação exclusiva dos meios digitais — resultando, diversamente, de uma complexa interação entre redes pessoais e interações on-line —, Castells é peremptório em afirmar que “a pré-condição para as revoltas foi a existência de uma cultura da internet, constituída de blogueiros, redes sociais e ciberativismo” (2013, p. 33).

Os acontecimentos na Espanha ilustram bem a descrição acima. O movimento dos Indignados ficou conhecido primeiramente como 15-M, em referência à data da primeira mobilização. Nesse dia do mês de maio de 2011, 50 mil pessoas marcharam sobre Madri e, inspiradas no Egito da Praça Tahrir, ocuparam Puerta del Sol, um logradouro público central da cidade. Em Barcelona, após uma manifestação de 20 mil, a Praça Catalunya também foi ocupada. Muitas cidades espanholas seguiram o exemplo, que em sua fase de internacionalização se espalharia por quase mil cidades ao redor do globo. O rótulo “Indignados” veio de um manifesto que se tornou popular entre a juventude espanhola, intitulado *Indignai-vos*, escrito pelo filósofo e ex-diplomata francês Stéphane Hessel (2011), um antigo membro das brigadas antifascistas conhecidas como *resistência francesa*.

O movimento começa a ser gestado no início de 2011, com a criação de um grupo no Facebook, a Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-mobilização Cidadã. Essa página aglutinava militantes de campanhas anteriores, como “V de Vivienda”, que desde 2006 promovia protestos contra o despejo de famílias pobres por conta da execução de hipotecas; “Juventud sin Futuro”, por educação, saúde e moradia; Plataforma de Afectados por la Hipoteca, em combate aos efeitos das execuções de hipotecas e contra o despejo de famílias endividadas; e “No les votes”, contra a Lei Sinde, editada pelo governo socialista de José Luis Zapatero, que irritou ativistas digitais ao restringir o compartilhamento de arquivos sob o pretexto do combate à pirataria — uma exigência da indústria da mídia¹⁴.

A Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-mobilização Cidadã logo evoluiu para um grupo cujo nome seria também o principal slogan do movimento: Democracia Real Ya. A ação abrangia blog, lista de emails e página no Facebook. O DRY estabeleceu-se on-line como uma campanha contra a austeridade e a corrupção. Foi essa plataforma que convocou, com sucesso, o 15-M. Ela foi criada por dois jovens diplomados com dificuldades de inserção no mercado de trabalho: Fabio Gandara e Pablo Gallego. Este último havia publicado, três meses antes do 15-M, em seu blog *Manifesto Juventud*, o manifesto “Mayo del 68 en España” (GALLEGO, 2011), em que



15 Sobre a ocupação de áreas centrais e a formação de barricadas nos eventos da chamada Comuna de Paris, remeto à ótima síntese de Costa (2021).

antecipava muitas das características do futuro movimento. No texto, Gallego falava em “ideologias obsoletas” e propunha a criação de um movimento sem rótulos político-partidários, capaz de representar todas as pessoas atingidas pela crise.

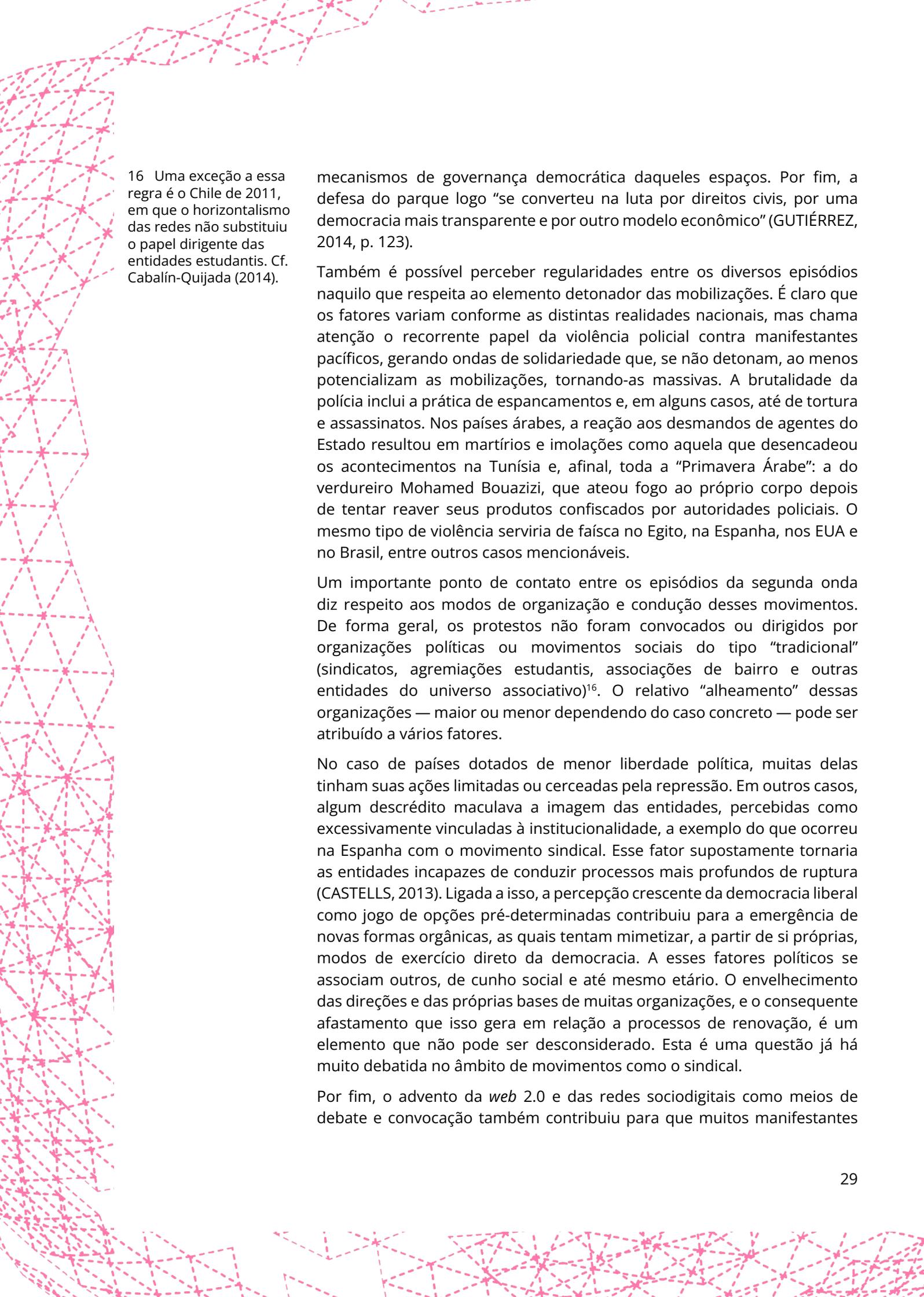
Após o 15-M, o movimento prosseguiu por todo o resto do ano. Embora as ocupações tenham se esgotado em julho, manifestações e passeatas continuaram ganhando as ruas, animadas por convocações na internet a gritos de “Democracia real já!”, “Ocupe as ruas!” e “Desculpe o incômodo, estamos mudando o mundo”. No dia 15 de outubro de 2011, uma convocação pelas redes reuniu 500 mil manifestantes em Madrid, 400 mil em Barcelona e movimentou ativistas em 82 países de todo o mundo (CASTELLS, 2013, p. 94). Após esse momento apoteótico o movimento vai se desfazendo aos poucos, mas prossegue de diversas formas nas redes da internet.

Outras características da segunda onda

As práticas reunidas sob o rótulo de *ciberativismo* são um importante fator comum, mas não o único a singularizar os movimentos da segunda onda. Outro elemento de grande relevância, já mencionado anteriormente, é o impulso em direção à ocupação do espaço público como forma de alcançar visibilidade e pressionar as autoridades. A bem da verdade, não é possível dizer que as ocupações sejam prática recente dos movimentos sociais: remetem, quando menos, aos acontecimentos da Paris tomada pelos *communards* em 1871¹⁵. Em tempos mais recentes, podiam ser flagradas no movimento altermundista, através dos acampamentos de juventude que marcaram a experiência do Fórum Social Mundial.

No entanto, experiências como a da Praça Tahrir, no Egito; de Puerta del Sol, em Madri; da Praça Catalunya, em Barcelona; e do Zuccotti Park, em Nova Iorque, ressignificam a prática de ocupações, e abrem uma nova etapa das manifestações globais. As ocupações criaram práticas solidárias que abrangiam múltiplas dimensões, desde o gerenciamento da vida cotidiana, envolvendo questões logísticas (alimentação, albergamento, saúde, questões sanitárias), até formas compartilhadas de comunicação, discussão e deliberação.

Cabe notar que o ato da tomada de espaços públicos guarda uma dupla motivação. Representa ao mesmo tempo uma forma de luta e a sinalização de um anseio: a busca por tornar ou manter comum aquilo que vem sendo crescentemente invadido e cercado por interesses privados. Nesse sentido, os acontecimentos na Turquia são modelares. Ali, a centelha dos protestos surge com o empreendimento neoliberal de privatizar um importante logradouro público, o parque Gezi, a fim de construir um shopping center. A reação se traduziu na tomada do parque e da adjacente praça Taksim, não apenas mantendo-as abertas a todos, mas também organizando



16 Uma exceção a essa regra é o Chile de 2011, em que o horizontalismo das redes não substituiu o papel dirigente das entidades estudantis. Cf. Cabalín-Quijada (2014).

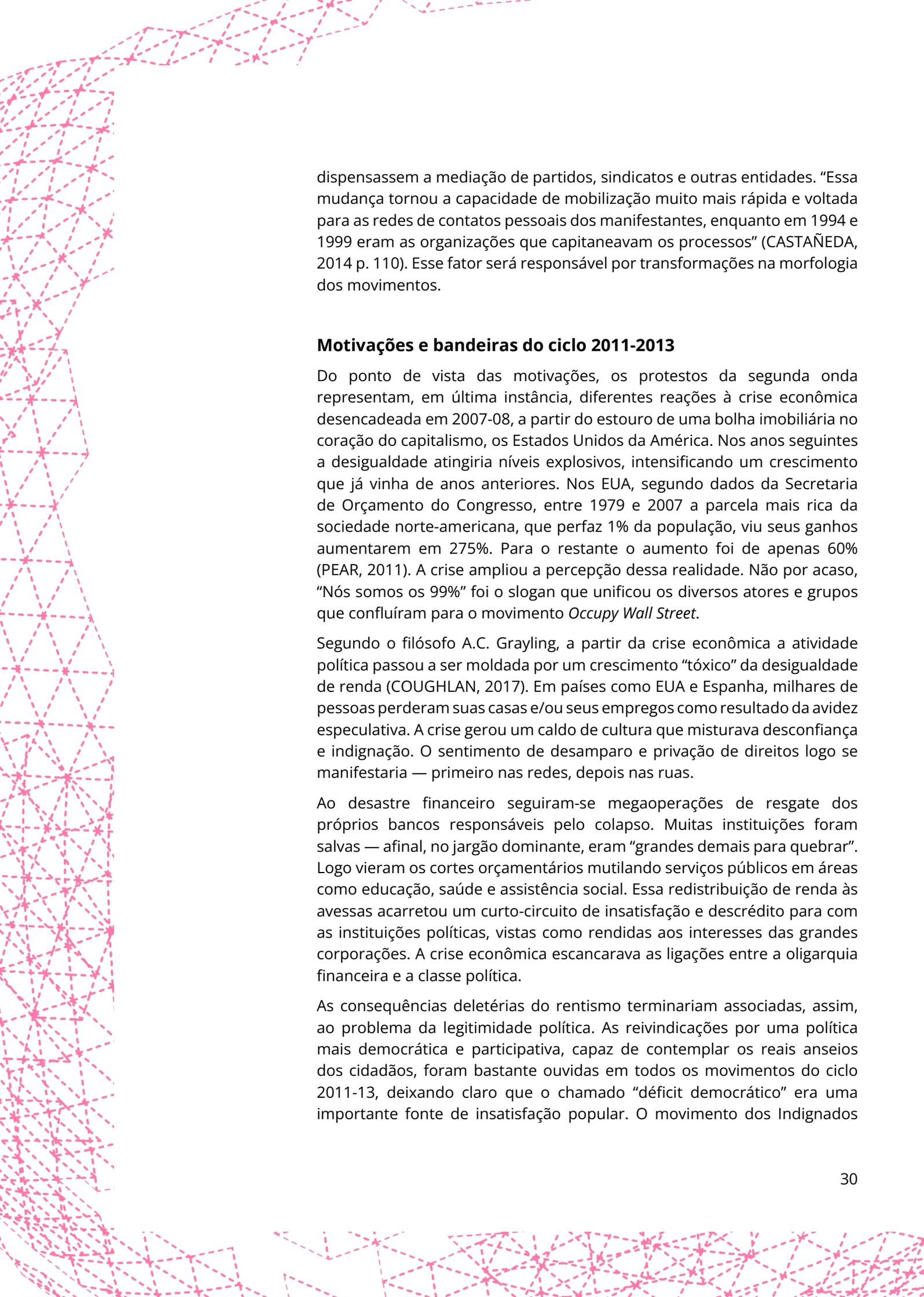
mecanismos de governança democrática daqueles espaços. Por fim, a defesa do parque logo “se converteu na luta por direitos civis, por uma democracia mais transparente e por outro modelo econômico” (GUTIÉRREZ, 2014, p. 123).

Também é possível perceber regularidades entre os diversos episódios naquilo que respeita ao elemento detonador das mobilizações. É claro que os fatores variam conforme as distintas realidades nacionais, mas chama atenção o recorrente papel da violência policial contra manifestantes pacíficos, gerando ondas de solidariedade que, se não detonam, ao menos potencializam as mobilizações, tornando-as massivas. A brutalidade da polícia inclui a prática de espancamentos e, em alguns casos, até de tortura e assassinatos. Nos países árabes, a reação aos desmandos de agentes do Estado resultou em martírios e imolações como aquela que desencadeou os acontecimentos na Tunísia e, afinal, toda a “Primavera Árabe”: a do verdureiro Mohamed Bouazizi, que ateou fogo ao próprio corpo depois de tentar reaver seus produtos confiscados por autoridades policiais. O mesmo tipo de violência serviria de faísca no Egito, na Espanha, nos EUA e no Brasil, entre outros casos mencionáveis.

Um importante ponto de contato entre os episódios da segunda onda diz respeito aos modos de organização e condução desses movimentos. De forma geral, os protestos não foram convocados ou dirigidos por organizações políticas ou movimentos sociais do tipo “tradicional” (sindicatos, agremiações estudantis, associações de bairro e outras entidades do universo associativo)¹⁶. O relativo “alheamento” dessas organizações — maior ou menor dependendo do caso concreto — pode ser atribuído a vários fatores.

No caso de países dotados de menor liberdade política, muitas delas tinham suas ações limitadas ou cerceadas pela repressão. Em outros casos, algum descrédito maculava a imagem das entidades, percebidas como excessivamente vinculadas à institucionalidade, a exemplo do que ocorreu na Espanha com o movimento sindical. Esse fator supostamente tornaria as entidades incapazes de conduzir processos mais profundos de ruptura (CASTELLS, 2013). Ligada a isso, a percepção crescente da democracia liberal como jogo de opções pré-determinadas contribuiu para a emergência de novas formas orgânicas, as quais tentam mimetizar, a partir de si próprias, modos de exercício direto da democracia. A esses fatores políticos se associam outros, de cunho social e até mesmo etário. O envelhecimento das direções e das próprias bases de muitas organizações, e o conseqüente afastamento que isso gera em relação a processos de renovação, é um elemento que não pode ser desconsiderado. Esta é uma questão já há muito debatida no âmbito de movimentos como o sindical.

Por fim, o advento da *web 2.0* e das redes sociodigitais como meios de debate e convocação também contribuiu para que muitos manifestantes



dispensassem a mediação de partidos, sindicatos e outras entidades. “Essa mudança tornou a capacidade de mobilização muito mais rápida e voltada para as redes de contatos pessoais dos manifestantes, enquanto em 1994 e 1999 eram as organizações que capitaneavam os processos” (CASTAÑEDA, 2014 p. 110). Esse fator será responsável por transformações na morfologia dos movimentos.

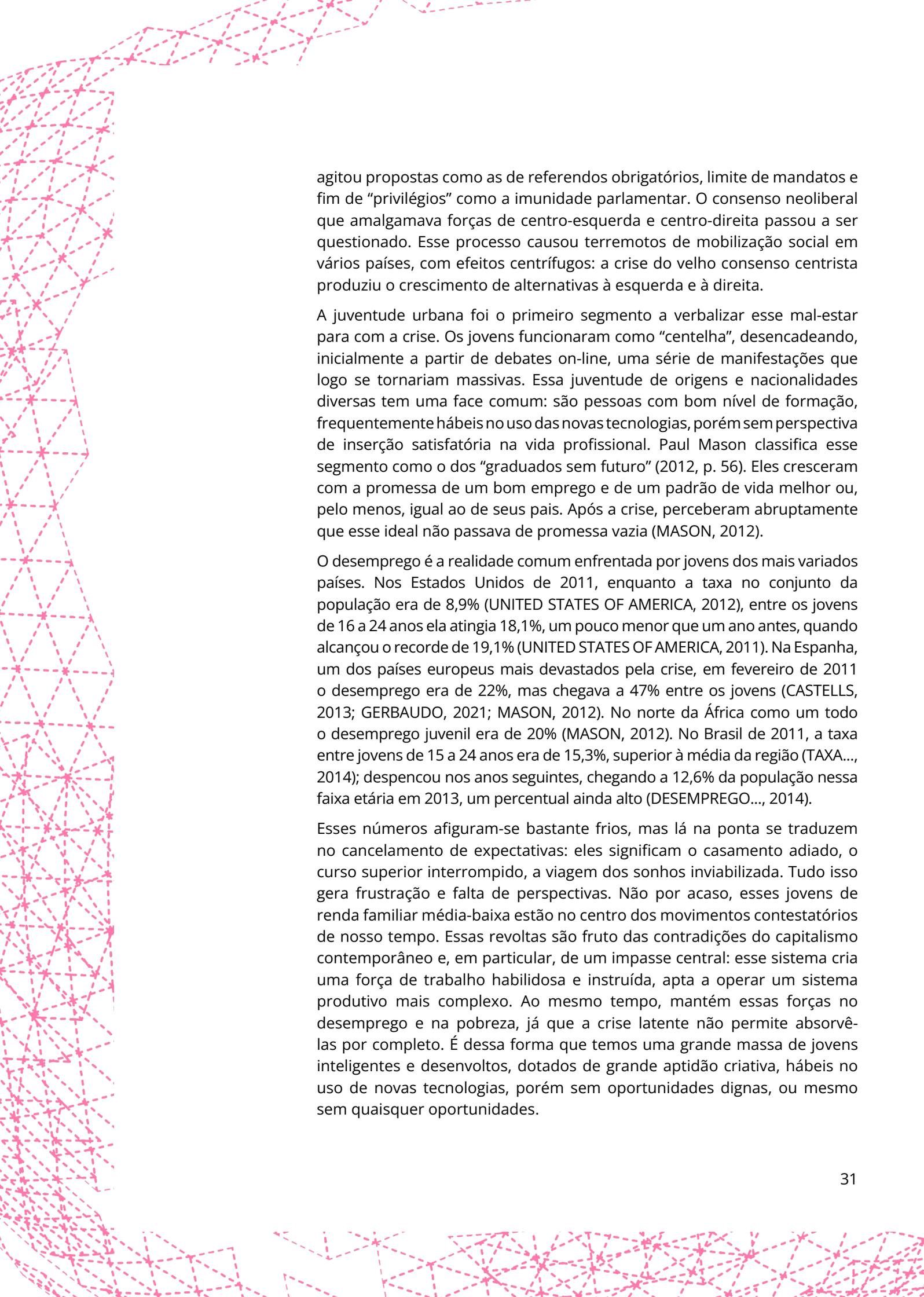
Motivações e bandeiras do ciclo 2011-2013

Do ponto de vista das motivações, os protestos da segunda onda representam, em última instância, diferentes reações à crise econômica desencadeada em 2007-08, a partir do estouro de uma bolha imobiliária no coração do capitalismo, os Estados Unidos da América. Nos anos seguintes a desigualdade atingiria níveis explosivos, intensificando um crescimento que já vinha de anos anteriores. Nos EUA, segundo dados da Secretaria de Orçamento do Congresso, entre 1979 e 2007 a parcela mais rica da sociedade norte-americana, que perfaz 1% da população, viu seus ganhos aumentarem em 275%. Para o restante o aumento foi de apenas 60% (PEAR, 2011). A crise ampliou a percepção dessa realidade. Não por acaso, “Nós somos os 99%” foi o slogan que unificou os diversos atores e grupos que confluíram para o movimento *Occupy Wall Street*.

Segundo o filósofo A.C. Grayling, a partir da crise econômica a atividade política passou a ser moldada por um crescimento “tóxico” da desigualdade de renda (COUGHLAN, 2017). Em países como EUA e Espanha, milhares de pessoas perderam suas casas e/ou seus empregos como resultado da afeição especulativa. A crise gerou um caldo de cultura que misturava desconfiança e indignação. O sentimento de desamparo e privação de direitos logo se manifestaria — primeiro nas redes, depois nas ruas.

Ao desastre financeiro seguiram-se megaoperações de resgate dos próprios bancos responsáveis pelo colapso. Muitas instituições foram salvas — afinal, no jargão dominante, eram “grandes demais para quebrar”. Logo vieram os cortes orçamentários mutilando serviços públicos em áreas como educação, saúde e assistência social. Essa redistribuição de renda às avessas acarretou um curto-circuito de insatisfação e descrédito para com as instituições políticas, vistas como rendidas aos interesses das grandes corporações. A crise econômica escancarava as ligações entre a oligarquia financeira e a classe política.

As consequências deletérias do rentismo terminariam associadas, assim, ao problema da legitimidade política. As reivindicações por uma política mais democrática e participativa, capaz de contemplar os reais anseios dos cidadãos, foram bastante ouvidas em todos os movimentos do ciclo 2011-13, deixando claro que o chamado “déficit democrático” era uma importante fonte de insatisfação popular. O movimento dos Indignados

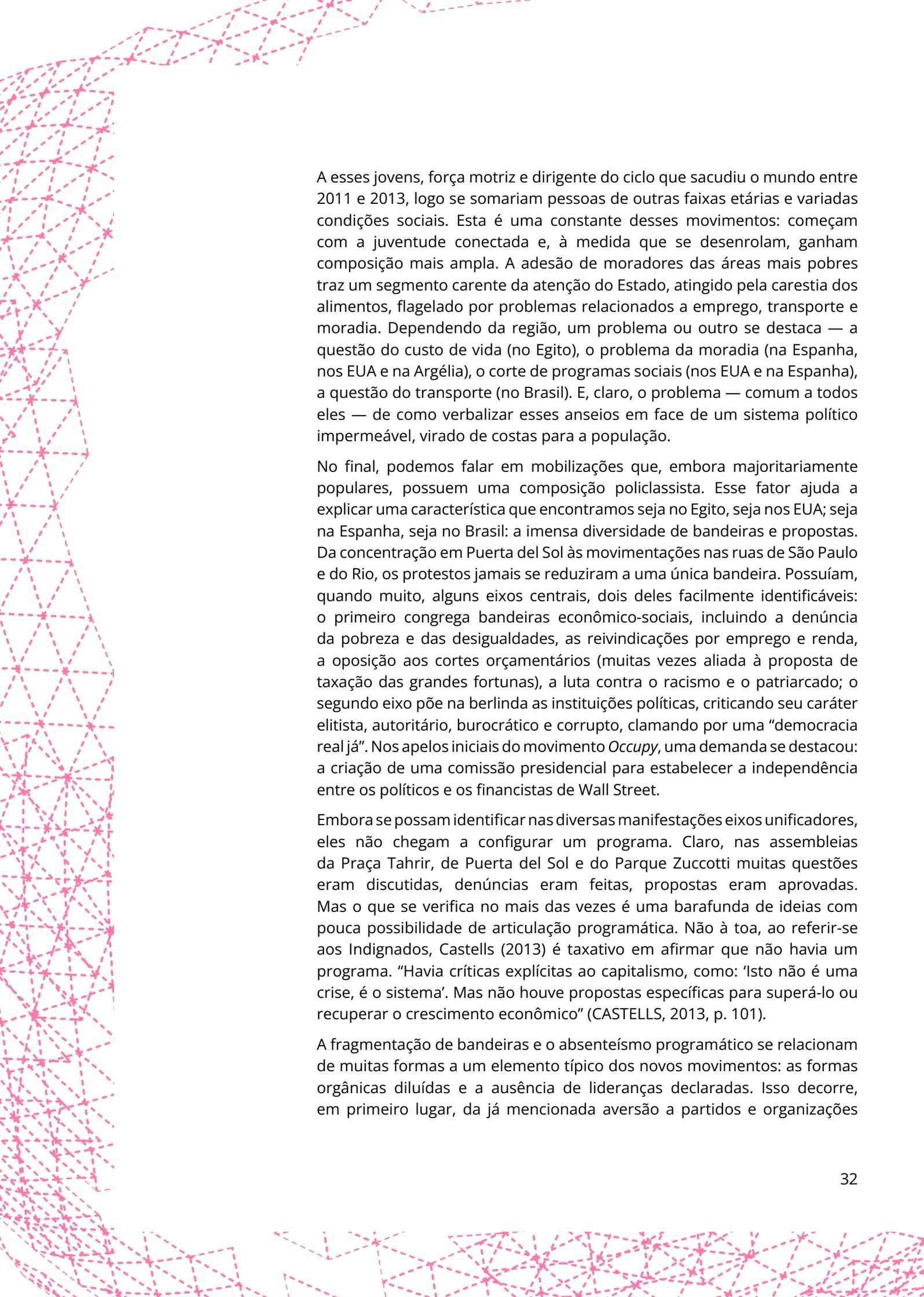


agitou propostas como as de referendos obrigatórios, limite de mandatos e fim de “privilégios” como a imunidade parlamentar. O consenso neoliberal que amalgamava forças de centro-esquerda e centro-direita passou a ser questionado. Esse processo causou terremotos de mobilização social em vários países, com efeitos centrífugos: a crise do velho consenso centrista produziu o crescimento de alternativas à esquerda e à direita.

A juventude urbana foi o primeiro segmento a verbalizar esse mal-estar para com a crise. Os jovens funcionaram como “centelha”, desencadeando, inicialmente a partir de debates on-line, uma série de manifestações que logo se tornariam massivas. Essa juventude de origens e nacionalidades diversas tem uma face comum: são pessoas com bom nível de formação, frequentemente hábeis no uso das novas tecnologias, porém sem perspectiva de inserção satisfatória na vida profissional. Paul Mason classifica esse segmento como o dos “graduados sem futuro” (2012, p. 56). Eles cresceram com a promessa de um bom emprego e de um padrão de vida melhor ou, pelo menos, igual ao de seus pais. Após a crise, perceberam abruptamente que esse ideal não passava de promessa vazia (MASON, 2012).

O desemprego é a realidade comum enfrentada por jovens dos mais variados países. Nos Estados Unidos de 2011, enquanto a taxa no conjunto da população era de 8,9% (UNITED STATES OF AMERICA, 2012), entre os jovens de 16 a 24 anos ela atingia 18,1%, um pouco menor que um ano antes, quando alcançou o recorde de 19,1% (UNITED STATES OF AMERICA, 2011). Na Espanha, um dos países europeus mais devastados pela crise, em fevereiro de 2011 o desemprego era de 22%, mas chegava a 47% entre os jovens (CASTELLS, 2013; GERBAUDO, 2021; MASON, 2012). No norte da África como um todo o desemprego juvenil era de 20% (MASON, 2012). No Brasil de 2011, a taxa entre jovens de 15 a 24 anos era de 15,3%, superior à média da região (TAXA..., 2014); despencou nos anos seguintes, chegando a 12,6% da população nessa faixa etária em 2013, um percentual ainda alto (DESEMPREGO..., 2014).

Esses números afiguram-se bastante frios, mas lá na ponta se traduzem no cancelamento de expectativas: eles significam o casamento adiado, o curso superior interrompido, a viagem dos sonhos inviabilizada. Tudo isso gera frustração e falta de perspectivas. Não por acaso, esses jovens de renda familiar média-baixa estão no centro dos movimentos contestatórios de nosso tempo. Essas revoltas são fruto das contradições do capitalismo contemporâneo e, em particular, de um impasse central: esse sistema cria uma força de trabalho habilidosa e instruída, apta a operar um sistema produtivo mais complexo. Ao mesmo tempo, mantém essas forças no desemprego e na pobreza, já que a crise latente não permite absorvê-las por completo. É dessa forma que temos uma grande massa de jovens inteligentes e desenvolvidos, dotados de grande aptidão criativa, hábeis no uso de novas tecnologias, porém sem oportunidades dignas, ou mesmo sem quaisquer oportunidades.

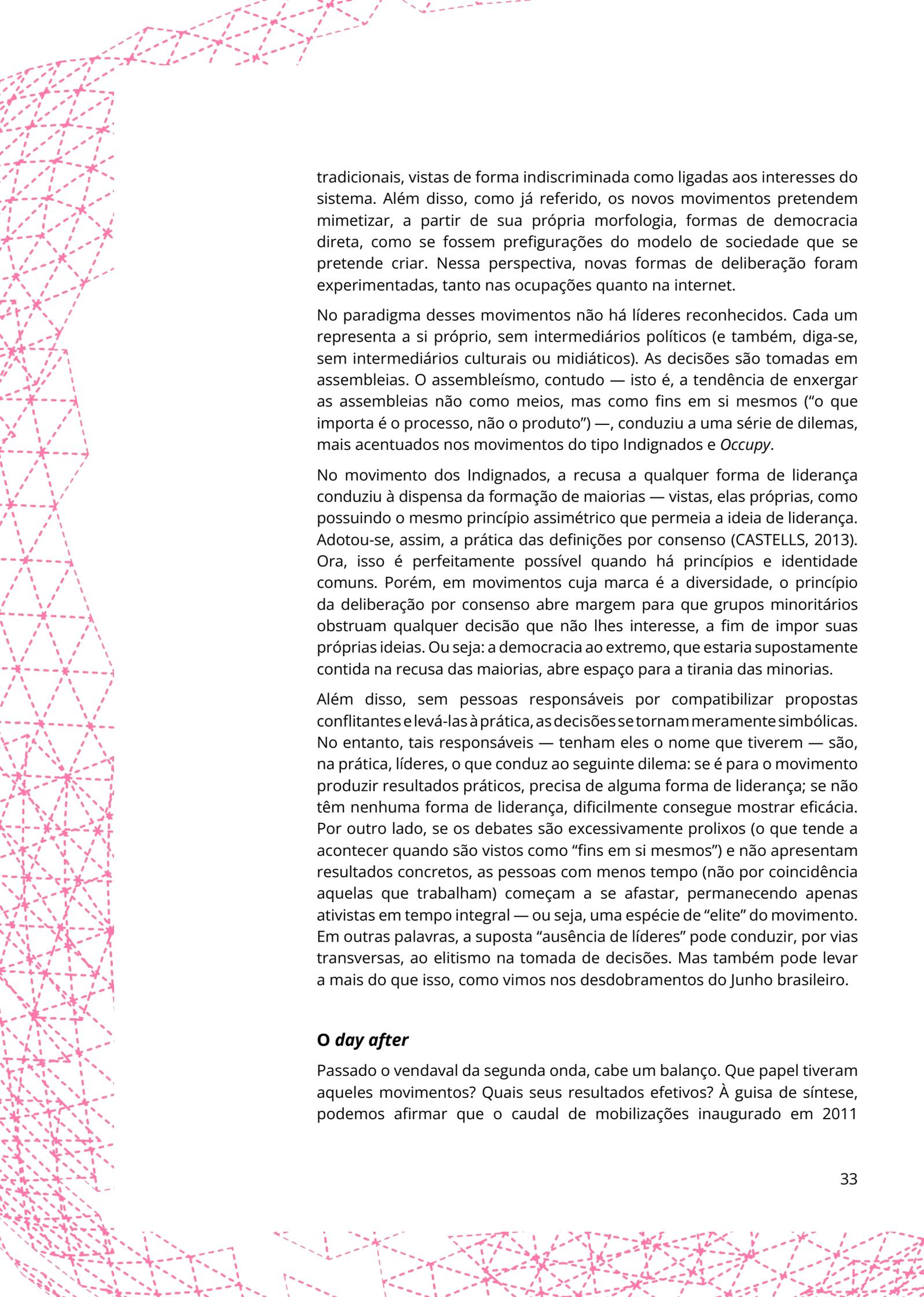


A esses jovens, força motriz e dirigente do ciclo que sacudiu o mundo entre 2011 e 2013, logo se somariam pessoas de outras faixas etárias e variadas condições sociais. Esta é uma constante desses movimentos: começam com a juventude conectada e, à medida que se desenrolam, ganham composição mais ampla. A adesão de moradores das áreas mais pobres traz um segmento carente da atenção do Estado, atingido pela carestia dos alimentos, flagelado por problemas relacionados a emprego, transporte e moradia. Dependendo da região, um problema ou outro se destaca — a questão do custo de vida (no Egito), o problema da moradia (na Espanha, nos EUA e na Argélia), o corte de programas sociais (nos EUA e na Espanha), a questão do transporte (no Brasil). E, claro, o problema — comum a todos eles — de como verbalizar esses anseios em face de um sistema político impermeável, virado de costas para a população.

No final, podemos falar em mobilizações que, embora majoritariamente populares, possuem uma composição policlassista. Esse fator ajuda a explicar uma característica que encontramos seja no Egito, seja nos EUA; seja na Espanha, seja no Brasil: a imensa diversidade de bandeiras e propostas. Da concentração em Puerta del Sol às movimentações nas ruas de São Paulo e do Rio, os protestos jamais se reduziram a uma única bandeira. Possuíam, quando muito, alguns eixos centrais, dois deles facilmente identificáveis: o primeiro congrega bandeiras econômico-sociais, incluindo a denúncia da pobreza e das desigualdades, as reivindicações por emprego e renda, a oposição aos cortes orçamentários (muitas vezes aliada à proposta de taxação das grandes fortunas), a luta contra o racismo e o patriarcado; o segundo eixo põe na berlinda as instituições políticas, criticando seu caráter elitista, autoritário, burocrático e corrupto, clamando por uma “democracia real já”. Nos apelos iniciais do movimento *Occupy*, uma demanda se destacou: a criação de uma comissão presidencial para estabelecer a independência entre os políticos e os financistas de Wall Street.

Embora se possam identificar nas diversas manifestações eixos unificadores, eles não chegam a configurar um programa. Claro, nas assembleias da Praça Tahrir, de Puerta del Sol e do Parque Zuccotti muitas questões eram discutidas, denúncias eram feitas, propostas eram aprovadas. Mas o que se verifica no mais das vezes é uma barafunda de ideias com pouca possibilidade de articulação programática. Não à toa, ao referir-se aos Indignados, Castells (2013) é taxativo em afirmar que não havia um programa. “Havia críticas explícitas ao capitalismo, como: ‘Isto não é uma crise, é o sistema’. Mas não houve propostas específicas para superá-lo ou recuperar o crescimento econômico” (CASTELLS, 2013, p. 101).

A fragmentação de bandeiras e o absentismo programático se relacionam de muitas formas a um elemento típico dos novos movimentos: as formas orgânicas diluídas e a ausência de lideranças declaradas. Isso decorre, em primeiro lugar, da já mencionada aversão a partidos e organizações



tradicionais, vistas de forma indiscriminada como ligadas aos interesses do sistema. Além disso, como já referido, os novos movimentos pretendem mimetizar, a partir de sua própria morfologia, formas de democracia direta, como se fossem prefigurações do modelo de sociedade que se pretende criar. Nessa perspectiva, novas formas de deliberação foram experimentadas, tanto nas ocupações quanto na internet.

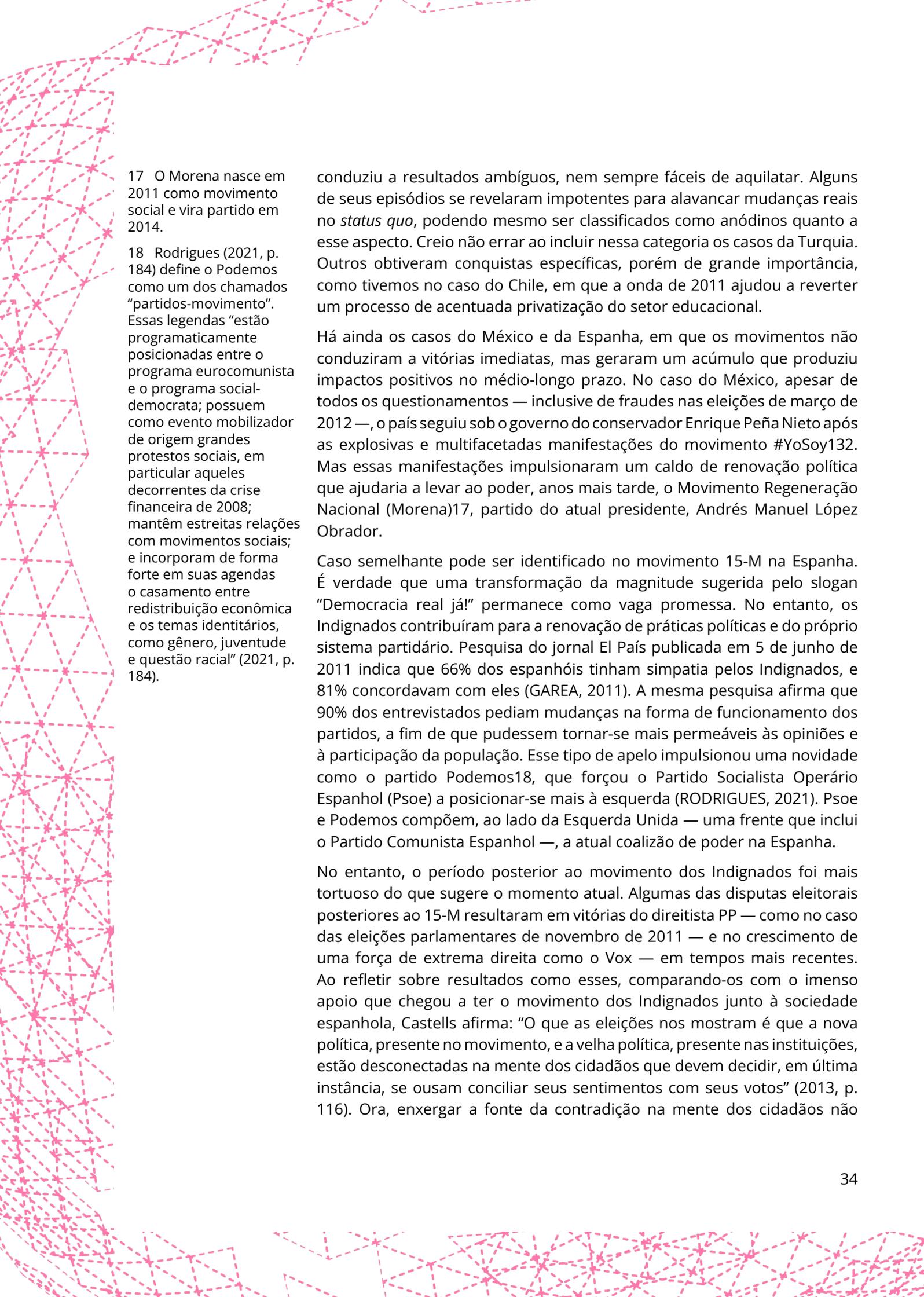
No paradigma desses movimentos não há líderes reconhecidos. Cada um representa a si próprio, sem intermediários políticos (e também, diga-se, sem intermediários culturais ou midiáticos). As decisões são tomadas em assembleias. O assembleísmo, contudo — isto é, a tendência de enxergar as assembleias não como meios, mas como fins em si mesmos (“o que importa é o processo, não o produto”) —, conduziu a uma série de dilemas, mais acentuados nos movimentos do tipo Indignados e *Occupy*.

No movimento dos Indignados, a recusa a qualquer forma de liderança conduziu à dispensa da formação de maiorias — vistas, elas próprias, como possuindo o mesmo princípio assimétrico que permeia a ideia de liderança. Adotou-se, assim, a prática das definições por consenso (CASTELLS, 2013). Ora, isso é perfeitamente possível quando há princípios e identidade comuns. Porém, em movimentos cuja marca é a diversidade, o princípio da deliberação por consenso abre margem para que grupos minoritários obstruam qualquer decisão que não lhes interesse, a fim de impor suas próprias ideias. Ou seja: a democracia ao extremo, que estaria supostamente contida na recusa das maiorias, abre espaço para a tirania das minorias.

Além disso, sem pessoas responsáveis por compatibilizar propostas conflitantes e levá-las à prática, as decisões se tornam meramente simbólicas. No entanto, tais responsáveis — tenham eles o nome que tiverem — são, na prática, líderes, o que conduz ao seguinte dilema: se é para o movimento produzir resultados práticos, precisa de alguma forma de liderança; se não têm nenhuma forma de liderança, dificilmente consegue mostrar eficácia. Por outro lado, se os debates são excessivamente prolixos (o que tende a acontecer quando são vistos como “fins em si mesmos”) e não apresentam resultados concretos, as pessoas com menos tempo (não por coincidência aquelas que trabalham) começam a se afastar, permanecendo apenas ativistas em tempo integral — ou seja, uma espécie de “elite” do movimento. Em outras palavras, a suposta “ausência de líderes” pode conduzir, por vias transversas, ao elitismo na tomada de decisões. Mas também pode levar a mais do que isso, como vimos nos desdobramentos do Junho brasileiro.

O day after

Passado o vendaval da segunda onda, cabe um balanço. Que papel tiveram aqueles movimentos? Quais seus resultados efetivos? À guisa de síntese, podemos afirmar que o caudal de mobilizações inaugurado em 2011



17 O Morena nasce em 2011 como movimento social e vira partido em 2014.

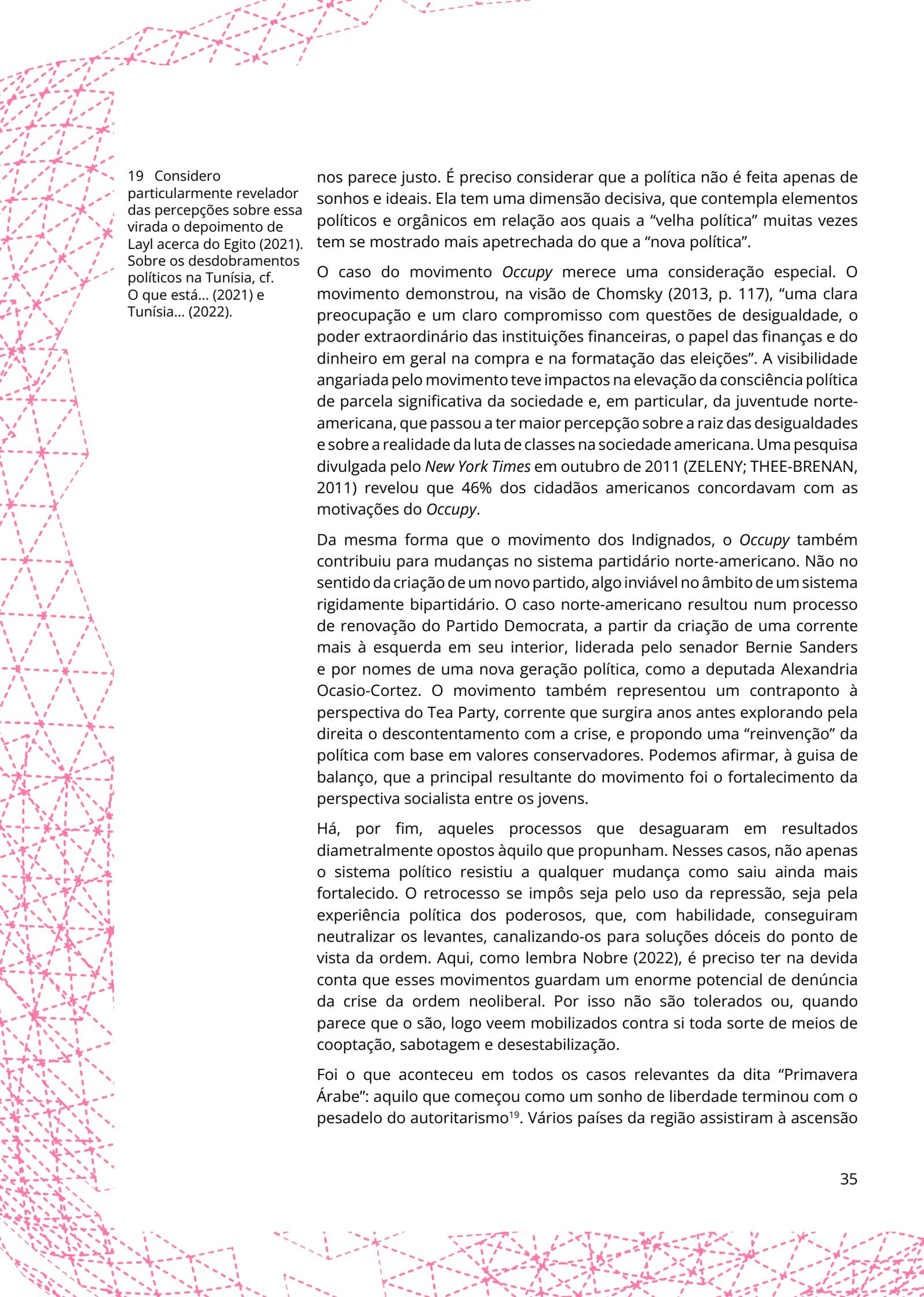
18 Rodrigues (2021, p. 184) define o Podemos como um dos chamados “partidos-movimento”. Essas legendas “estão programaticamente posicionadas entre o programa eurocomunista e o programa social-democrata; possuem como evento mobilizador de origem grandes protestos sociais, em particular aqueles decorrentes da crise financeira de 2008; mantêm estreitas relações com movimentos sociais; e incorporam de forma forte em suas agendas o casamento entre redistribuição econômica e os temas identitários, como gênero, juventude e questão racial” (2021, p. 184).

conduziu a resultados ambíguos, nem sempre fáceis de aquilatar. Alguns de seus episódios se revelaram impotentes para alavancar mudanças reais no *status quo*, podendo mesmo ser classificados como anódinos quanto a esse aspecto. Creio não errar ao incluir nessa categoria os casos da Turquia. Outros obtiveram conquistas específicas, porém de grande importância, como tivemos no caso do Chile, em que a onda de 2011 ajudou a reverter um processo de acentuada privatização do setor educacional.

Há ainda os casos do México e da Espanha, em que os movimentos não conduziram a vitórias imediatas, mas geraram um acúmulo que produziu impactos positivos no médio-longo prazo. No caso do México, apesar de todos os questionamentos — inclusive de fraudes nas eleições de março de 2012 —, o país seguiu sob o governo do conservador Enrique Peña Nieto após as explosivas e multifacetadas manifestações do movimento #YoSoy132. Mas essas manifestações impulsionaram um caldo de renovação política que ajudaria a levar ao poder, anos mais tarde, o Movimento Regeneración Nacional (Morena)¹⁷, partido do atual presidente, Andrés Manuel López Obrador.

Caso semelhante pode ser identificado no movimento 15-M na Espanha. É verdade que uma transformação da magnitude sugerida pelo slogan “Democracia real já!” permanece como vaga promessa. No entanto, os Indignados contribuíram para a renovação de práticas políticas e do próprio sistema partidário. Pesquisa do jornal El País publicada em 5 de junho de 2011 indica que 66% dos espanhóis tinham simpatia pelos Indignados, e 81% concordavam com eles (GAREA, 2011). A mesma pesquisa afirma que 90% dos entrevistados pediam mudanças na forma de funcionamento dos partidos, a fim de que pudessem tornar-se mais permeáveis às opiniões e à participação da população. Esse tipo de apelo impulsionou uma novidade como o partido Podemos¹⁸, que forçou o Partido Socialista Operário Espanhol (Psoe) a posicionar-se mais à esquerda (RODRIGUES, 2021). Psoe e Podemos compõem, ao lado da Esquerda Unida — uma frente que inclui o Partido Comunista Espanhol —, a atual coalizão de poder na Espanha.

No entanto, o período posterior ao movimento dos Indignados foi mais tortuoso do que sugere o momento atual. Algumas das disputas eleitorais posteriores ao 15-M resultaram em vitórias do direitista PP — como no caso das eleições parlamentares de novembro de 2011 — e no crescimento de uma força de extrema direita como o Vox — em tempos mais recentes. Ao refletir sobre resultados como esses, comparando-os com o imenso apoio que chegou a ter o movimento dos Indignados junto à sociedade espanhola, Castells afirma: “O que as eleições nos mostram é que a nova política, presente no movimento, e a velha política, presente nas instituições, estão desconectadas na mente dos cidadãos que devem decidir, em última instância, se ousam conciliar seus sentimentos com seus votos” (2013, p. 116). Ora, enxergar a fonte da contradição na mente dos cidadãos não



19 Considero particularmente revelador das percepções sobre essa virada o depoimento de Layl acerca do Egito (2021). Sobre os desdobramentos políticos na Tunísia, cf. O que está... (2021) e Tunísia... (2022).

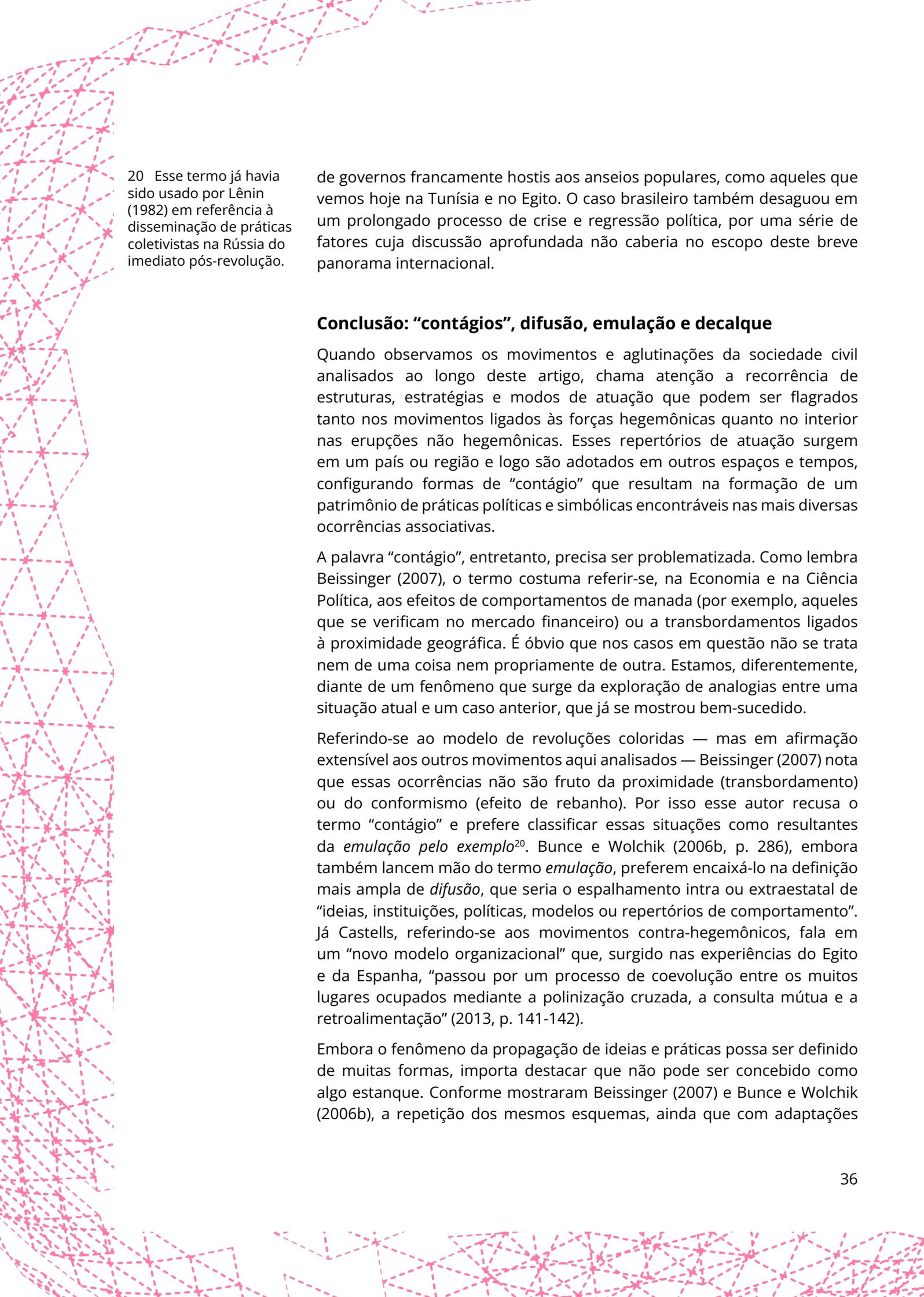
nos parece justo. É preciso considerar que a política não é feita apenas de sonhos e ideais. Ela tem uma dimensão decisiva, que contempla elementos políticos e orgânicos em relação aos quais a “velha política” muitas vezes tem se mostrado mais apetrechada do que a “nova política”.

O caso do movimento *Occupy* merece uma consideração especial. O movimento demonstrou, na visão de Chomsky (2013, p. 117), “uma clara preocupação e um claro compromisso com questões de desigualdade, o poder extraordinário das instituições financeiras, o papel das finanças e do dinheiro em geral na compra e na formatação das eleições”. A visibilidade angariada pelo movimento teve impactos na elevação da consciência política de parcela significativa da sociedade e, em particular, da juventude norte-americana, que passou a ter maior percepção sobre a raiz das desigualdades e sobre a realidade da luta de classes na sociedade americana. Uma pesquisa divulgada pelo *New York Times* em outubro de 2011 (ZELENY; THEE-BRENAN, 2011) revelou que 46% dos cidadãos americanos concordavam com as motivações do *Occupy*.

Da mesma forma que o movimento dos Indignados, o *Occupy* também contribuiu para mudanças no sistema partidário norte-americano. Não no sentido da criação de um novo partido, algo inviável no âmbito de um sistema rigidamente bipartidário. O caso norte-americano resultou num processo de renovação do Partido Democrata, a partir da criação de uma corrente mais à esquerda em seu interior, liderada pelo senador Bernie Sanders e por nomes de uma nova geração política, como a deputada Alexandria Ocasio-Cortez. O movimento também representou um contraponto à perspectiva do Tea Party, corrente que surgira anos antes explorando pela direita o descontentamento com a crise, e propondo uma “reinvenção” da política com base em valores conservadores. Podemos afirmar, à guisa de balanço, que a principal resultante do movimento foi o fortalecimento da perspectiva socialista entre os jovens.

Há, por fim, aqueles processos que desaguaram em resultados diametralmente opostos àquilo que propunham. Nesses casos, não apenas o sistema político resistiu a qualquer mudança como saiu ainda mais fortalecido. O retrocesso se impôs seja pelo uso da repressão, seja pela experiência política dos poderosos, que, com habilidade, conseguiram neutralizar os levantes, canalizando-os para soluções dóceis do ponto de vista da ordem. Aqui, como lembra Nobre (2022), é preciso ter na devida conta que esses movimentos guardam um enorme potencial de denúncia da crise da ordem neoliberal. Por isso não são tolerados ou, quando parece que o são, logo veem mobilizados contra si toda sorte de meios de cooptação, sabotagem e desestabilização.

Foi o que aconteceu em todos os casos relevantes da dita “Primavera Árabe”: aquilo que começou como um sonho de liberdade terminou com o pesadelo do autoritarismo¹⁹. Vários países da região assistiram à ascensão



20 Esse termo já havia sido usado por Lênin (1982) em referência à disseminação de práticas coletivistas na Rússia do imediato pós-revolução.

de governos francamente hostis aos anseios populares, como aqueles que vemos hoje na Tunísia e no Egito. O caso brasileiro também desaguou em um prolongado processo de crise e regressão política, por uma série de fatores cuja discussão aprofundada não caberia no escopo deste breve panorama internacional.

Conclusão: “contágios”, difusão, emulação e decalque

Quando observamos os movimentos e aglutinações da sociedade civil analisados ao longo deste artigo, chama atenção a recorrência de estruturas, estratégias e modos de atuação que podem ser flagrados tanto nos movimentos ligados às forças hegemônicas quanto no interior das erupções não hegemônicas. Esses repertórios de atuação surgem em um país ou região e logo são adotados em outros espaços e tempos, configurando formas de “contágio” que resultam na formação de um patrimônio de práticas políticas e simbólicas encontráveis nas mais diversas ocorrências associativas.

A palavra “contágio”, entretanto, precisa ser problematizada. Como lembra Beissinger (2007), o termo costuma referir-se, na Economia e na Ciência Política, aos efeitos de comportamentos de manada (por exemplo, aqueles que se verificam no mercado financeiro) ou a transbordamentos ligados à proximidade geográfica. É óbvio que nos casos em questão não se trata nem de uma coisa nem propriamente de outra. Estamos, diferentemente, diante de um fenômeno que surge da exploração de analogias entre uma situação atual e um caso anterior, que já se mostrou bem-sucedido.

Referindo-se ao modelo de revoluções coloridas — mas em afirmação extensível aos outros movimentos aqui analisados — Beissinger (2007) nota que essas ocorrências não são fruto da proximidade (transbordamento) ou do conformismo (efeito de rebanho). Por isso esse autor recusa o termo “contágio” e prefere classificar essas situações como resultantes da *emulação pelo exemplo*²⁰. Bunce e Wolchik (2006b, p. 286), embora também lancem mão do termo *emulação*, preferem encaixá-lo na definição mais ampla de *difusão*, que seria o espalhamento intra ou extraestatal de “ideias, instituições, políticas, modelos ou repertórios de comportamento”. Já Castells, referindo-se aos movimentos contra-hegemônicos, fala em um “novo modelo organizacional” que, surgido nas experiências do Egito e da Espanha, “passou por um processo de coevolução entre os muitos lugares ocupados mediante a polinização cruzada, a consulta mútua e a retroalimentação” (2013, p. 141-142).

Embora o fenômeno da propagação de ideias e práticas possa ser definido de muitas formas, importa destacar que não pode ser concebido como algo estanque. Conforme mostraram Beissinger (2007) e Bunce e Wolchik (2006b), a repetição dos mesmos esquemas, ainda que com adaptações



21 Essa postagem podia ser encontrada pelo menos até 2013 no endereço: <http://www.adbusters.org/blogs/adbusters-blog/occupywallstreet.html>. A página foi retirada, como se pode conferir.

22 O parque é administrado pelo banco Goldman Sachs e pela imobiliária Brookfield Properties (WIKIPEDIA CONTRIBUTORS, 2022).

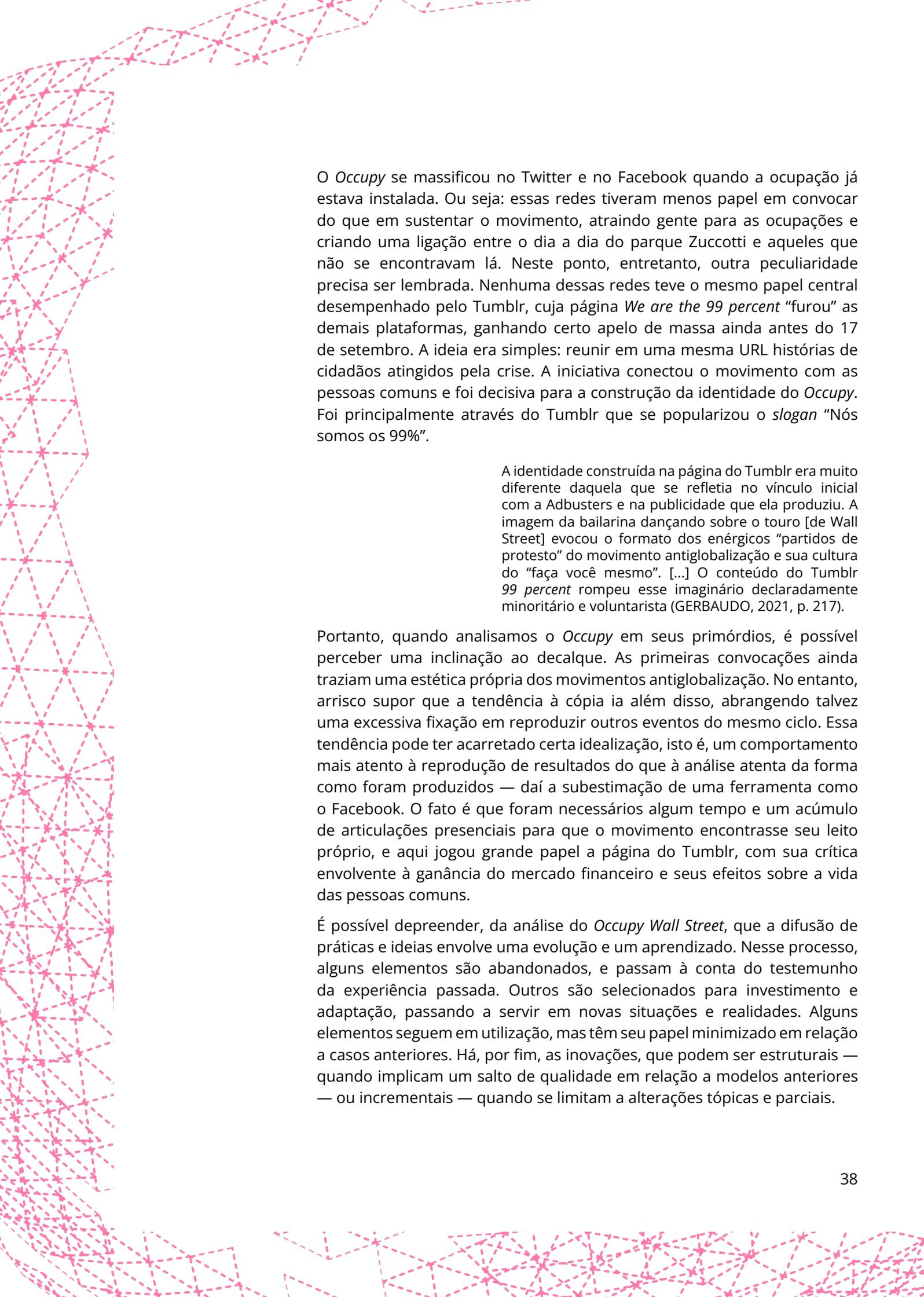
incrementais, vai tornando-o cada vez menos efetivo conforme os casos se sucedem. Pior ainda é a cópia pura e simples, o mero “decalque” de uma situação para outra. Os casos de pura decalcagem costumam ser os menos bem-sucedidos — pelo menos enquanto insistem na cópia. É o que vimos nos primórdios do *Occupy Wall Street*.

Afirmar que esse movimento nasceu de convocações nas redes pode ser real pelo que revela, mas não pelo que esconde. As chamadas precursoras eram inspiradas em exemplos como os da Grécia e do Egito. “Você está pronto para o momento Tahrir?”, indagava a primeira convocação, postada em 13 de julho de 2011 no blog da Adbusters, uma revista de crítica cultural sediada em Vancouver, no Canadá. “Inundem Lower Manhattan, montem tendas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupem Wall Street”²¹, dizia a postagem (KROLL, 2011). A data sugerida era o 17 de setembro, dia em que se comemora o aniversário de assinatura da Constituição americana.

A convocação logo foi reforçada por outros blogs e grupos, entre eles o coletivo de hacktivistas Anonymous. Iniciava-se um processo de debates que, no entanto, não chegaria a ganhar caráter de massa nas redes antes de confluir para as ruas, como havia acontecido no Egito e na Espanha. Mas a convocação da Adbusters também não caiu no vazio. Ela chamou a atenção de uma rede de coletivos militantes que aproveitariam a chamada para mobilizar-se. Eles se aglutinaram em torno da criação da assembleia geral da cidade de Nova York, na qual predominavam grupos anarquistas (GERBAUDO, 2021). A assembleia seria o núcleo inicial do movimento.

Ao analisar a trajetória do *Occupy*, Gerbaudo (2021) sugere que as primeiras convocações falharam em ganhar caráter massivo por causa de certo elitismo na comunicação, que priorizou o Twitter e desprezou uma ferramenta de maior alcance como o Facebook. Não deixa de ser curioso que, apesar do ímpeto em fazer “algo como Tahrir”, as convocações tenham desconsiderado, em seus primórdios, a ferramenta mais usada pela juventude egípcia. Esse fator contribuiu para que o movimento seguisse, em seus primórdios, uma dinâmica distinta daquela de seus antecedentes. Embora tenha havido uma convocação inicial pelas redes, ela não se massificou. Em pleno país do Facebook e do Twitter, o *Occupy* foi se construindo lentamente, através de uma lógica de agregação presencial que culminou na primeira mobilização, ocorrida de fato no dia 17 de setembro.

A manifestação não foi grande, mas terminou com a ocupação do parque Zuccotti, um espaço público de administração privada no coração de Wall Street²². Nos dias seguintes, a violência policial, mais uma vez, contribuiu para chamar atenção da sociedade e despertar solidariedade em relação ao movimento, que logo se espalharia, gerando atividades e ocupações em mais de mil cidades americanas. Só a partir da ocupação em Lower Manhattan as mídias sociais ganharam maior relevância (GERBAUDO, 2021).



O *Occupy* se massificou no Twitter e no Facebook quando a ocupação já estava instalada. Ou seja: essas redes tiveram menos papel em convocar do que em sustentar o movimento, atraindo gente para as ocupações e criando uma ligação entre o dia a dia do parque Zuccotti e aqueles que não se encontravam lá. Neste ponto, entretanto, outra peculiaridade precisa ser lembrada. Nenhuma dessas redes teve o mesmo papel central desempenhado pelo Tumblr, cuja página *We are the 99 percent* “furou” as demais plataformas, ganhando certo apelo de massa ainda antes do 17 de setembro. A ideia era simples: reunir em uma mesma URL histórias de cidadãos atingidos pela crise. A iniciativa conectou o movimento com as pessoas comuns e foi decisiva para a construção da identidade do *Occupy*. Foi principalmente através do Tumblr que se popularizou o *slogan* “Nós somos os 99%”.

A identidade construída na página do Tumblr era muito diferente daquela que se refletia no vínculo inicial com a Adbusters e na publicidade que ela produziu. A imagem da bailarina dançando sobre o touro [de Wall Street] evocou o formato dos enérgicos “partidos de protesto” do movimento antiglobalização e sua cultura do “faça você mesmo”. [...] O conteúdo do Tumblr *99 percent* rompeu esse imaginário declaradamente minoritário e voluntarista (GERBAUDO, 2021, p. 217).

Portanto, quando analisamos o *Occupy* em seus primórdios, é possível perceber uma inclinação ao decalque. As primeiras convocações ainda traziam uma estética própria dos movimentos antiglobalização. No entanto, arrisco supor que a tendência à cópia ia além disso, abrangendo talvez uma excessiva fixação em reproduzir outros eventos do mesmo ciclo. Essa tendência pode ter acarretado certa idealização, isto é, um comportamento mais atento à reprodução de resultados do que à análise atenta da forma como foram produzidos — daí a subestimação de uma ferramenta como o Facebook. O fato é que foram necessários algum tempo e um acúmulo de articulações presenciais para que o movimento encontrasse seu leito próprio, e aqui jogou grande papel a página do Tumblr, com sua crítica envolvente à ganância do mercado financeiro e seus efeitos sobre a vida das pessoas comuns.

É possível depreender, da análise do *Occupy Wall Street*, que a difusão de práticas e ideias envolve uma evolução e um aprendizado. Nesse processo, alguns elementos são abandonados, e passam à conta do testemunho da experiência passada. Outros são selecionados para investimento e adaptação, passando a servir em novas situações e realidades. Alguns elementos seguem em utilização, mas têm seu papel minimizado em relação a casos anteriores. Há, por fim, as inovações, que podem ser estruturais — quando implicam um salto de qualidade em relação a modelos anteriores — ou incrementais — quando se limitam a alterações tópicas e parciais.



Dessa forma vai-se compondo um arsenal de métodos de mobilização e ação política capazes de configurar, no limite, modelos como o que identificamos na análise de revoluções coloridas. E aqui devemos nos acautelar em relação a certas conotações acolhidas pela palavra *modelo*. Pois, por mais que ela sugira algo fixo e estabilizado, a verdade é que modelo algum sobrevive por largo período de tempo, principalmente sem experimentar transmutações. As próprias revoluções coloridas devem ser concebidas dentro desse dinamismo: embora sua ocorrência paradigmática tenha se dado no âmbito de sociedades da órbita pós-socialista, esse modelo não deixa de continuar inspirando lições e exalando repertórios. A difusão recente de ideias e expedientes por parte de uma extrema direita agora transnacionalizada, nucleada pelo trumpismo, baseia-se na observação atenta dessas experiências anteriores, hoje retomadas não como decalque, mas como a versão básica de soluções muito mais sofisticadas, adequadas a outros espaços e tempos.

* Doutor em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde coordenou a pesquisa “Nas redes e nas ruas: o ciberativismo à luz do materialismo cultural”.

Referências

Bibliografia:

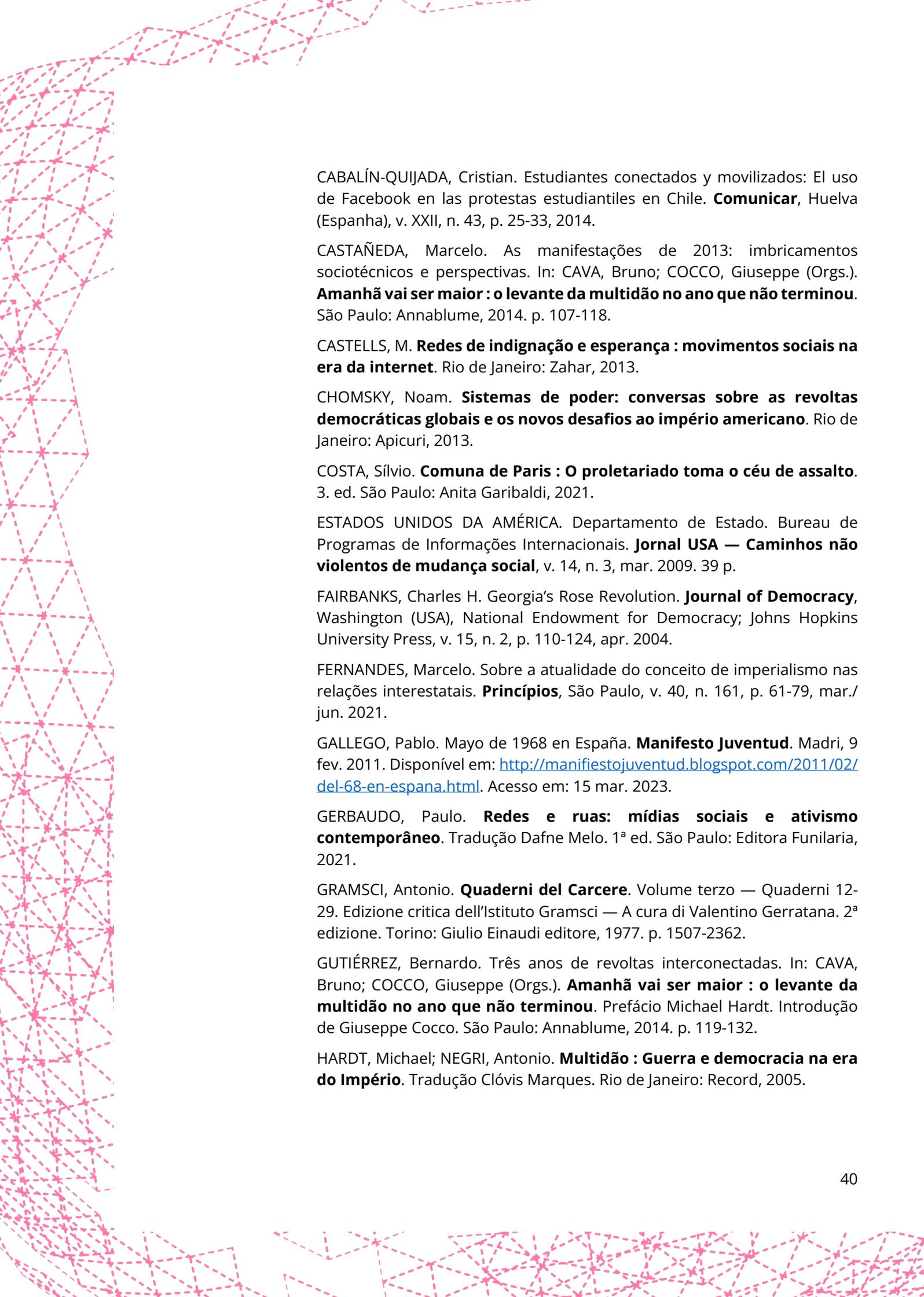
AMIN, Samir. O Egito em movimento. **Princípios**, São Paulo, n. 112, p. 9-15, mar./jun. 2011.

BEISSINGER, Mark R. Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/ Rose/ Orange/ Tulip Revolutions. **Perspectives on Politics**, Cambridge (UK), Cambridge University Press, v. 5, n. 2, p. 259-276, jun. 2007.

BUNCE, Valerie J.; WOLCHIK, Sharon L. Favorable Conditions and Electoral Revolutions. **Journal of Democracy**, Washington (USA), National Endowment for Democracy; Johns Hopkins University Press, v. 17, n. 4, p. 5-18, oct. 2006a.

_____. International diffusion and postcommunist electoral revolutions. **Communist and Post-Communist Studies**, California (USA), University of California Press, v. 39, n. 3, p. 283-304, oct. 2006b.

_____. Youth and Electoral Revolutions in Slovakia, Serbia and Georgia”. **The SAIS Review of International Affairs**, New York (USA), Johns Hopkins University Press, v. XXVI, n. 2, pp. 55-65, 2006c.



CABALÍN-QUIJADA, Cristian. Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile. **Comunicar**, Huelva (Espanha), v. XXII, n. 43, p. 25-33, 2014.

CASTAÑEDA, Marcelo. As manifestações de 2013: imbricamentos sociotécnicos e perspectivas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Amanhã vai ser maior : o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014. p. 107-118.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança : movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHOMSKY, Noam. **Sistemas de poder: conversas sobre as revoltas democráticas globais e os novos desafios ao império americano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

COSTA, Sílvio. **Comuna de Paris : O proletariado toma o céu de assalto**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. Bureau de Programas de Informações Internacionais. **Jornal USA — Caminhos não violentos de mudança social**, v. 14, n. 3, mar. 2009. 39 p.

FAIRBANKS, Charles H. Georgia's Rose Revolution. **Journal of Democracy**, Washington (USA), National Endowment for Democracy; Johns Hopkins University Press, v. 15, n. 2, p. 110-124, apr. 2004.

FERNANDES, Marcelo. Sobre a atualidade do conceito de imperialismo nas relações interestatais. **Princípios**, São Paulo, v. 40, n. 161, p. 61-79, mar./jun. 2021.

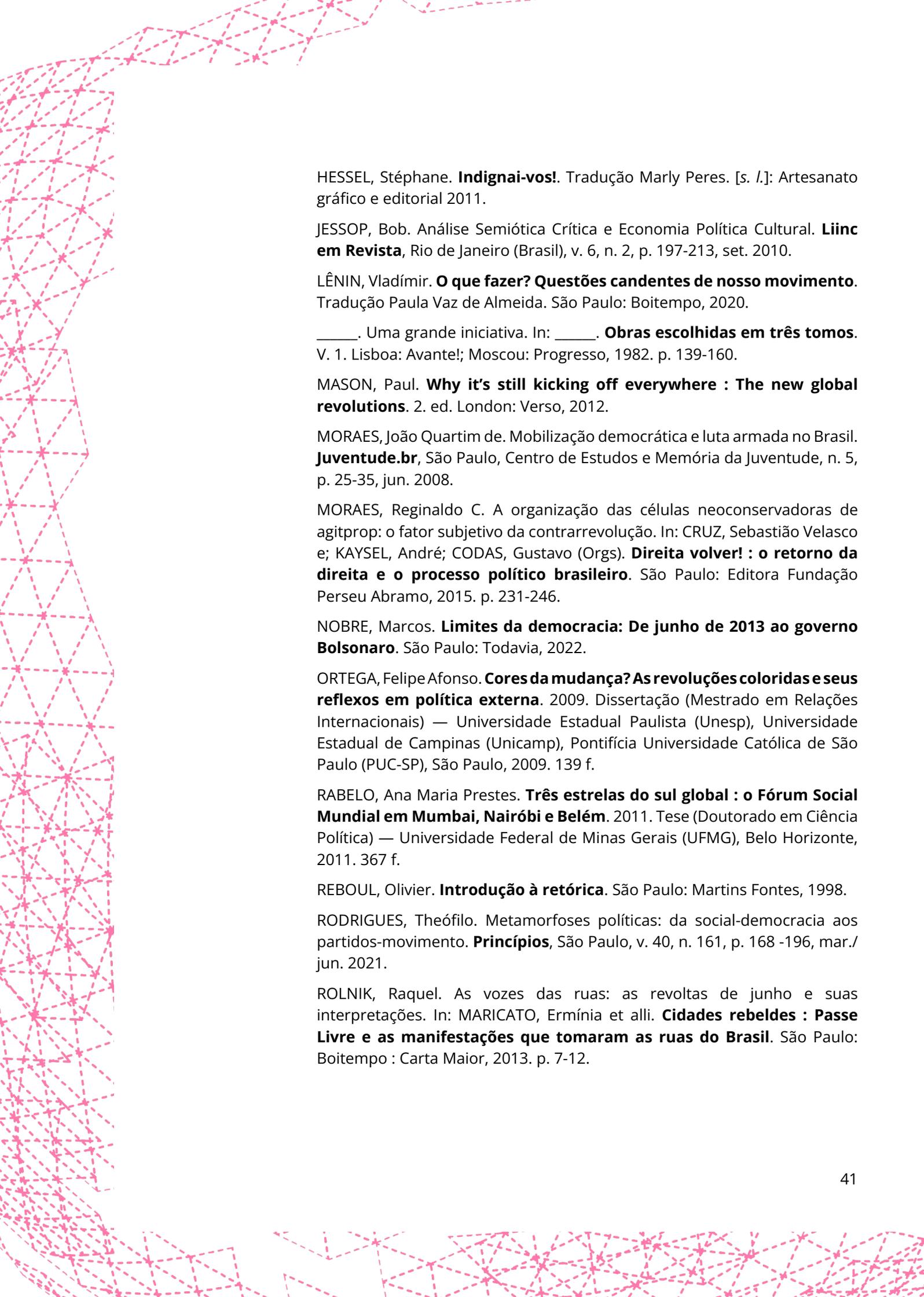
GALLEGO, Pablo. Mayo de 1968 en España. **Manifiesto Juventud**. Madri, 9 fev. 2011. Disponível em: <http://manifiestojuventud.blogspot.com/2011/02/del-68-en-espana.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GERBAUDO, Paulo. **Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. Tradução Dafne Melo. 1ª ed. São Paulo: Editora Funilaria, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Volume terzo — Quaderni 12-29. Edizione critica dell'Istituto Gramsci — A cura di Valentino Gerratana. 2ª edizione. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977. p. 1507-2362.

GUTIÉRREZ, Bernardo. Três anos de revoltas interconectadas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Amanhã vai ser maior : o levante da multidão no ano que não terminou**. Prefácio Michael Hardt. Introdução de Giuseppe Cocco. São Paulo: Annablume, 2014. p. 119-132.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão : Guerra e democracia na era do Império**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.



HEssel, Stéphane. **Indignai-vos!**. Tradução Marly Peres. [s. l.]: Artesanato gráfico e editorial 2011.

JESSOP, Bob. Análise Semiótica Crítica e Economia Política Cultural. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro (Brasil), v. 6, n. 2, p. 197-213, set. 2010.

LÊNIN, Vladímir. **O que fazer? Questões candentes de nosso movimento**. Tradução Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. Uma grande iniciativa. In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. V. 1. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982. p. 139-160.

MASON, Paul. **Why it's still kicking off everywhere : The new global revolutions**. 2. ed. London: Verso, 2012.

MORAES, João Quartim de. Mobilização democrática e luta armada no Brasil. **Juventude.br**, São Paulo, Centro de Estudos e Memória da Juventude, n. 5, p. 25-35, jun. 2008.

MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita volver! : o retorno da direita e o processo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 231-246.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

ORTEGA, Felipe Afonso. **Cores da mudança? As revoluções coloridas e seus reflexos em política externa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009. 139 f.

RABELO, Ana Maria Prestes. **Três estrelas do sul global : o Fórum Social Mundial em Mumbai, Nairóbi e Belém**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011. 367 f.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RODRIGUES, Theófilo. Metamorfoses políticas: da social-democracia aos partidos-movimento. **Princípios**, São Paulo, v. 40, n. 161, p. 168 -196, mar./jun. 2021.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et alli. **Cidades rebeldes : Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013. p. 7-12.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et alli. **Cidades rebeldes : Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SHARP, Gene. **Da ditadura à democracia — uma estrutura conceitual para a libertação**. 4. ed. Tradução José A.S. Filardo. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010. 64 p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita volver! : o retorno da direita e o processo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

SUSSMAN, Gerald; KRADER, Sascha. Template Revolutions: Marketing U.S. Regime Change in Eastern Europe. **Westminster Papers in Communication and Culture**, London, University of Westminster, v. 5, n. 3, p. 91-112, 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Labour. Bureau of Labour Statistics. **Ted: The economics daily**. Washington, 26 ago. 2011. Disponível em: https://www.bls.gov/opub/ted/2011/ted_20110826.htm#:~:text=The%20number%20of%20unemployed%20youth,from%20the%20Current%20Population%20Survey.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Labour. Bureau of Labour Statistics. **News Release**. Washington, 29 fev. 2012.

VISENTINI, Paulo et alli. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciências & Letras**, Porto Alegre (Brasil), n. 51, p. 57-79, jan./jun. 2012.

Hemerobibliografia

CHETERIAN, Vicken. Radiografia de uma “revolução colorida”. **Le Monde Diplomatique Brasil** [on-line]. São Paulo, 1 jul. 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/radiografia-de-uma-revolucao-colorida/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

COHEN, Roger. Working With the Muslim Brotherhood. **New York Times**, New York, Out. 22, 2012. Available in: <https://www.nytimes.com/2012/10/23/opinion/roger-cohen-working-with-the-muslim-brotherhood.html>. Acesso em: 25 mar. 2023.

COUGHLAN, Sean. “What does post-truth mean for a philosopher?”. **BBC News** [online]. 12 jan. 2017. Available in: <https://www.bbc.com/news/education-38557838>.

DESEMPREGO atinge 73,4 milhões de jovens no mundo, diz estudo da OIT. **G1**, São Paulo, 8 mai. 2014. Concursos e Emprego. Disponível em: <https://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/05/desemprego-atinge->



[734-milhoes-de-jovens-no-mundo-diz-estudo-da-oit.html](#). Acesso em: 29 de março de 2023.

GAREA, Fernando. Apoyo a la indignación del 15-M. **El País**, Madri, 4 jun. 2011. Disponível em: https://elpais.com/politica/2011/06/05/actualidad/1307231940_787459.html. Acesso em: 15 mar. 2023.

GLADWELL, Malcolm. Small Change : Why the revolution will not be tweeted. **The New Yorker** [on-line], New York (USA), Set. 27, 2010. Available in: <https://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell>.

KROLL, Andy. Adbusters Suggests Occupy Wall Street “Declare ‘Victory’” and Head Home for Winter. **Mother Jones**, San Francisco (USA), 15 nov. 2011. Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2011/11/adbusters-occupy-wall-street-victory-nypd/>. Acesso em: 29 de março de 2023.

LAYL, Farida. Dez anos após revolução, Egito é sinônimo de desesperança. **Deutsche Welle**, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-dez-anos-ap%C3%B3s-primavera-%C3%A1-rabe-egito-%C3%A9-sin%C3%B4nimo-de-desesperan%C3%A7a/a-56338683>. Acesso em: 28 de março de 2023.

LOCATELLI, Pedro. David Harvey: ser zapatista não é endeusar Marcos. **Outras Palavras** [on-line], São Paulo, 3 jan. 2014. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/david-harvey-ser-zapatista-nao-e-endeusar-marcos/>. Acesso em: 29 de março de 2023.

MANJUANO, Isaín. A misteriosa desapareição de Marcos. **Outras Palavras** [on-line], São Paulo, 26 mai. 2014. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/a-misteriosa-desaparicao-do-subcomandante-marcos/>. Acesso em: 29 de março de 2023.

O QUE ESTÁ acontecendo na Tunísia? Os pontos-chave de uma crise que desafia a única democracia árabe. **El País**, Madri, 28 jul. 2021. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-28/o-que-esta-acontecendo-na-tunisia-os-pontos-chave-de-uma-crise-que-desafia-a-unica-democracia-arabe.html>. Acesso em: 28 de março de 2023.

PEAR, Robert. Top earners doubled share of nation’s income, study finds. **The New York Times**, New York, 25 oct. 2011. Available in: <https://www.nytimes.com/2011/10/26/us/politics/top-earners-doubled-share-of-nations-income-cbo-says.html>. Acesso em: 29 de março de 2023.

TAXA de desemprego juvenil é o triplo da de adultos na América Latina. **G1**, São Paulo, 13 fev. 2014. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/taxa-de-desemprego-juvenil-e-o-triplo-da-de-adultos-na-america-latina.html>. Acesso em: 29 de março de 2023.



TUNÍSIA: perfil do país que deu o pontapé inicial da Primavera Árabe. **BBC News**, 14 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63602554>. Acesso em: 29 de março de 2023.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Zuccotti Park. In: **Wikipedia, The Free Encyclopedia**, 14 set. 2022. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Zuccotti_Park&oldid=1110301866. Acesso em: 31 mar. 2023.

ZELNY, Jeff; THEE-BRENAN, Megan. New poll finds a deep distrust of government. **The New York Times**, New York, 25 oct. 2011. Available in: <https://www.nytimes.com/2011/10/26/us/politics/poll-finds-anxiety-on-the-economy-fuels-volatility-in-the-2012-race.html>. Acesso em: 30 mar. 2023.